

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS

HERON SILVA MORAES

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DA GUARDA
MUNICIPAL

ARARANGUÁ

2017

Versão preliminar em análise pela coordenação do curso

HERON SILVA MORAES

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL

TRABALHO DE CURSO SUBMETIDO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DE TÍTULO ESPECIALISTA NA PÓS-GRADUAÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.

PROFESSOR ORIENTADOR: PROF. DR. GIOVANI MENDONÇA LUNARDI

ARARANGUÁ

2017

Heron Silva Moraes

AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DE GUARDA MUNICIPAL

Trabalho de Curso submetido à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de especialista em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas À Segurança Pública e Direitos Humanos.

DR. GIOVANI MENDONÇA LUNARDI.
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC

Examinador
Título/Instituição

Examinador
Título/Instituição

Araranguá, ____ de _____ de 2016

Dedico este trabalho àquelas pessoas que me acompanham e reconhecem meu esforço e dedicação a minha família e trabalho, acreditam no profissional e cidadão que direta ou indiretamente contribuirão para meu desenvolvimento pessoal e técnico em especial que me acompanham nos momentos mais difíceis de minha vida as quais eu amo incondicionalmente não tendo adjetivos suficiente para descrevê-los são eles meus amados filhos Pietro e Maria Helena sem vocês a vida não faria sentido, minha mãe Maria Neuza Cordeiro(in memoriam) pessoa a qual tive a honra de tê-la como minha genitora, um pouco de suas várias qualidades. Agradeço à Deus todos os dias por ter colocado todos esses seres humanos em meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os que me ajudaram na elaboração deste trabalho: ao meu superior imediato Sr. Cel. Edson Fernando Paredes Barroso, que flexibilizou minha escala de trabalho tendo uma visão futura do benefício que isso traria a minha a instituição, aos meus familiares que com todas as dificuldades me incentivaram e se manterão ao meu lado dando alicerce nesta árdua jornada de quase que uma dedicação exclusiva aos estudos perdendo muitas vezes momentos de lazer por compreenderem a importância de meu aprendizado não só na minha particularidade mais para extensão dos conhecimentos adquiridos a sociedade pensando no bem comum, ao Coordenador do Curso e meu orientador Prof. Dr. Giovani Mendonça Lunardi. Agradeço também à todos os professores, a esta renomada instituição de ensino e as pessoas que colaboraram de forma especial na elaboração do trabalho.

*A todos os GMs de todo Brasil que com muito
esforço e dedicação fazem que nossos
municípios estejam mais seguros, e com
perseverança estão mudando os paradigmas
da segurança pública, pois ninguém chega ao
cume sem sacrifício.*

Heron Silva Moraes.

RESUMO

Este estudo tem o intuito de primar pela qualidade de ensino visando à preparação do agente de Segurança Pública Municipal em seu curso de formação utilizando ambiente virtual de aprendizagem na modalidade a distância. Nesta proposta, considera-se que há mais eficácia no método discente de aprendizagem minimizando custos e tempo no período técnico acadêmico dando maior ênfase nas matérias práticas do cotidiano. Possibilita também a incorporação de metodologias ativas da aprendizagem permitindo uma formação mais atual e flexível, tendo ao final do curso um profissional preparado e qualificado para as atividades reais do dia-a-dia, atendendo todas as áreas de abrangência da função de Guarda Municipal.

Palavras-Chave: Ambiente Virtual de Aprendizagem, Formação, Guarda Municipal.

ABSTRACT

This study intends to emphasize the quality of teaching aiming at the preparation of the Municipal Public Security agent in his training course using a virtual learning environment in the distance modality. In this proposal, it is considered that there is more efficacy in the student learning method, minimizing costs and time in the academic technical period, giving more emphasis on the practical subjects of daily life. It also enables the incorporation of active learning methodologies allowing a more current and flexible training, having at the end of the course a professional prepared and qualified for the day-to-day activities, attending all areas of the Guard function Municipal.

Key words: Virtual Learning Environment, Training, Municipal Guard.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Veículo da Guarda Civil Municipal de São João de Meriti.....	23
Figura 2: Viatura da GM - Rio	27
Figura 3: Veículo do Grupamento de Controle Urbano – Rio	28
Figura 4: Gerações Ead.	44
Figura 5: Tela acesso Moodle	46
Figura 6: Ferramentas Moodle	48
Figura 8: Tela moodle	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formas de Classificação.....	14
Quadro 2: Relação disciplinas Guarda Municipal.....	36
Quadro 3: Relação disciplinas Guarda Municipal - continuação quadro 2.....	38
Quadro 4: Relação disciplinas Guarda Municipal - continuação quadro 3.....	39
Quadro 5: Relação uso do computador na educação.....	50
Quadro 6: Ciclos cursos SENASP.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 <i>Problema de pesquisa</i>	12
1.2 <i>Justificativa.....</i>	13
1.3 <i>Objetivos</i>	13
1.3.1 <i>Objetivo Geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivo Específico</i>	13
1.4 <i>Metodologia da pesquisa.....</i>	13
2 historia guarda municipal.....	16
2.1 <i>No Brasil.....</i>	18
2.2 <i>Guarda do Rio de Janeiro.....</i>	19
2.3 <i>Organização.....</i>	21
2.4 <i>Guarda Civil Municipal.....</i>	22
2.5 <i>Atribuições e diferenças com relação às polícias militares.....</i>	23
2.6 <i>As antigas guardas civis estaduais</i>	24
2.6.1 <i>Maracanaú</i>	24
2.6.2 <i>Belém.....</i>	25
2.7 <i>GRUPAMENTOS</i>	26
2.7.1 <i>Cidade do Rio de Janeiro.....</i>	26
3 FORMAÇÃO ATUAL da GUARDA MUNICIPAL	29
3.1 <i>CURSO PRESENCIAL</i>	30
3.1.1 <i>Grade Curricular</i>	32
3.1.2 <i>A legislação mais recente sobre GM - Lei 13.022/2014</i>	39
3.1.3 <i>Defesa e poder de polícia</i>	40
4 TICs e Ambientes virtuais de aPRENDIZAGEM (ava).....	43
4.1 <i>TIC E CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO.....</i>	43
4.1.1 <i>AVA</i>	44
5 AVA e a formação da guarda municipal.....	51
5.1 <i>CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO AOS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA EAD SENASP/RENAESP</i>	51
5.2 <i>A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA MOODLE.....</i>	55
5.3 <i>5.2.2 APLICAÇÃO E ESTRUTURA DO AMBIENTE.....</i>	56
5.4 <i>Resultados Finais.....</i>	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, em 5.565 municípios do País, 993 municípios - o equivalente a 17,8% - possuíam guarda municipal em 2012. A Constituição Federal (CF) assegura o papel das guardas como restrito à segurança do serviço público, bens e propriedades. Apenas em um inciso do art. 144 da CF de 1988 há uma vaga menção aos municípios: “§ 8o. Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. A Guarda Municipal é o nome dado às instituições de segurança pública municipal no Brasil que podem ser criadas pelos seus municípios desde a Constituição Federal de 1988, onde o poder de polícia é delegado aos agentes pelo município por meio de leis complementares. Algumas cidades optaram pela nomenclatura de Guarda Civil Municipal, o qual acabou durante a ditadura militar sendo proveniente Guardas Civas dos Estados. As Guardas Municipais atualmente são uma alternativa à segurança pública no Brasil. Em outras partes do mundo como na Itália, Reino Unido, Bélgica, França e Estados Unidos, Espanha e Portugal os municípios tem força local contribuindo na proteção de seus munícipes. O art. 144.§ 8º diz que: - “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Assim, as atuações das guardas se resumem a uma atividade comunitária de segurança urbana, apoiando os órgãos policiais estaduais e federais quando solicitadas. A partir de 2014 surgiu a lei 13.022 a qual oferece uma segurança jurídica maior aos agentes de segurança municipal.

A formação e capacitação se dá com base no conteúdo programático dos módulos que compõem a Matriz Curricular Nacional das guardas municipais desenvolvida pela Senasp, adaptando temas à realidade local, com basicamente os seguintes eixos: ética, cidadania, direitos humanos, segurança pública e defesa social; sociedade, sua organização de poder e a segurança pública; o indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da segurança pública; diversidade e conflitos. Este modelo formativo está centrado em cursos presenciais e expositivos, com alto custo para os municípios e relegando a um plano auxiliar a utilização de metodologia ativas de aprendizagem aliadas as tecnologias educacionais

1.1 Problema de pesquisa

Como tecnologias educacionais poderiam contribuir na formação e capacitação de guardas municipais?

1.2 Justificativa

A grave crise econômica e de segurança pública que se abate por todos os municípios exigem contribuições inovadoras para tentar mitigar estes problemas, com baixo custo e acesso aberto a toda sociedade. A pesquisa aqui apresentada vai neste sentido: propor, a partir de tecnologias educacionais, um ambiente virtual de aprendizagem para formação de guardas municipais disponível para todo o país.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Propor um ambiente virtual de aprendizagem para formação e capacitação de guarda municipal.

1.3.2 Objetivo Específico

- Realizar estudo sobre a história da guarda municipal brasileira;
- Investigar sobre tecnologias educacionais e metodologias ativas de aprendizagem;
- Estruturar plano de atividades e disciplinas com base na matriz curricular de guardas municipais;
- Inserir e organizar a grade curricular do curso elaborada no ambiente virtual de aprendizagem moodle.

1.4 Metodologia da pesquisa

A fim de alcançar os objetivos propostos pelo estudo, inicialmente é exibida a classificação da pesquisa seguindo para os procedimentos utilizados no levantamento bibliográfico, documental e experimental e estudo de caso.

Conforme Tartuce (2006) a metodologia científica consiste no método e ciência, de modo que o método consiste em um caminho traçado a fim de chegar a um fim específico, tornando-se então o caminho que se trilha em busca de um objetivo. Sendo assim, a metodologia então consiste no estudo do método, isto é, forma um corpo de regras, normas e procedimentos estipulados a fim de realizar uma pesquisa.

O autor prossegue dizendo que científica, por sua vez, deriva da ciência, cuja compreensão se dá sobre o conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados acerca de determinado campo de saber. De modo que a metodologia científica, segundo Tartuce (2006) consiste então em estudar de maneira sistemática e lógica os métodos empregados em ciências, bem como seus fundamentos, validade e relações com teorias da ciência.

Em linhas gerais, o método científico consiste, elementarmente, em um conjunto de dados primários, integrados a um sistema de operações que se encontra ordenado de maneira adequada a fim de formular as devidas conclusões, cumprindo dados objetivos que foram predeterminados. Gil (2007, p.17), complementa dizendo que “a pesquisa é o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”.

São diversas formas para se classificar as pesquisas, porém a fim de alcançar os objetivos evidenciados pelo presente estudo, utilizou-se a classificação elaborada por Miguel (2010), que considera que uma pesquisa científica pode ser classificada a partir de quatro aspectos: quanto à natureza da pesquisa; à forma de abordagem do problema; aos objetivos; e aos procedimentos técnicos conforme o disposto no quadro abaixo.

Quadro 1 - Formas de Classificação.

Natureza	Pesquisa básica e Pesquisa aplicada.
Abordagem do problema	Pesquisa Quantitativa e Pesquisa Qualitativa.
Objetivos	Pesquisa Exploratória, Pesquisa Descritiva, e Pesquisa Explicativa.
Procedimentos técnicos	Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Pesquisa Experimental, Levantamento, Estudo de caso, Pesquisa Expo-Facto, Pesquisa-Ação e Pesquisa Participante.

Fonte: Adaptado de Miguel (2010)

Levando-se em consideração a natureza desta pesquisa, a mesma enquadra-se como aplicada, pois se preocupa com a geração de conhecimento para resolução de problemas da vida real, envolvendo verdades e interesses locais (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Gil (2007) explica a natureza de pesquisa aplicada enquanto munida da finalidade de gerar conhecimentos que possibilitem a aplicação prática, direcionados à solução de problemas específicos, envolvendo verdades e interesses locais. Ao passo que explica também que os objetivos da pesquisa exploratória consistem em oferecer ao pesquisador uma familiaridade maior com o problema levantado.

Ainda em relação à classificação proposta, à pesquisa enquadra-se como sendo de uma abordagem qualitativa. De acordo com Collis e Hussey (2005). Os estudos qualitativos envolvem a análise para obter um entendimento. Não há análise estatística dos dados. As pesquisas qualitativas se referem ao significado, à definição, ao modelo que caracteriza alguma coisa, buscando, portanto, “o que” e não “o quanto”.

A pesquisa qualitativa não busca enumerar ou medir os eventos estudados, não aplica instrumental estatístico na análise dos dados, mas sim, parte de questões de interesses amplos, que vão se definindo na medida em que o estudo se desenvolve. “Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995 p. 58). O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações.

Assim, visa entender, descrever e explicar os fenômenos sociais de modos diferentes, através da análise de experiências individuais e grupais, exame de interações e comunicações que estejam se desenvolvendo, assim como da investigação de documentos (textos, imagens, filmes ou músicas) ou traços semelhantes de experiências e integrações (FLICK, 2009).

Quanto a seus objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, pois busca encontrar padrões, ideias ou hipóteses, onde o objetivo é o ganho de familiaridade com o tema, tornando-o mais explícito a construção de hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, ou análise de exemplos que estimulem a compreensão. Esse método é utilizado normalmente em pesquisas bibliográficas e estudos de caso (GIL, 2010).

Nesse sentido quanto aos procedimentos técnicos de pesquisa, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Conforme Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida

a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, permitindo que o observador tenha uma visão mais ampla acerca do tema, possibilitando analisar e elaborar conclusões mais concisas sobre a pesquisa”.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

O estudo teve base na pesquisa bibliográfica, que possibilitou o estudo de conceitos e o embasamento teórico necessários a compreensão das relações de cooperação universidade-empresa e inovação. O referencial teórico se deu a partir de livros, dissertações, teses e artigos científicos de revistas nacionais e internacionais. Foram utilizadas bases de dados: Periódicos Capes, Scopus, e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Desta forma, a metodologia utilizada foi composta de pesquisa bibliográfica, documental e experimental, com o desenvolvimento de um protótipo de ambiente virtual de aprendizagem de curso de formação para guardas municipais.

2 HISTORIA GUARDA MUNICIPAL

Guarda Municipal no Brasil Da pesquisa retirada do site, podemos extrair que: Todos os povos, sempre, ao se reunirem em grupo, passaram a necessitar da figura altaneira do Guardião da Lei e da Ordem, muitas vezes representado pelo próprio chefe da tribo, ou, então, sendo delegado este poder de polícia a determinadas pessoas do grupo.

No Brasil, a primeira instituição policial paga pelos erários foi o Regimento de Cavalaria Regular da Capital de Minas Gerais, em 9 de junho de 1775, onde o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o ‘TIRADENTES’, tornou-se Comandante em 1780, sendo esta considerada predecessora da Polícia Militar de Minas Gerais. Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, foi criada em 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, embrião da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sua missão era de policiar a cidade em tempo integral, tornando-a desde o início mais eficaz que os antigos ‘Quadrilheiros’, que eram os defensores, normalmente escolhidos pela autoridade local das vilas no Bra-

sil Colônia, entre civis de ilibada conduta e de comprovada lealdade à coroa portuguesa. Ao abdicar o trono, Dom Pedro I deixa seu filho encarregado dos destinos do país. Neste momento conturbado, através da Regência Trina Provisória, em 14 de junho de 1831 é efetivamente criada com esta denominação em cada Distrito de Paz a Guarda Municipal, dividida em esquadras.

Em 18 de agosto de 1831, no Rio de Janeiro, após a lei que tratava da tutela do imperador e de suas augustas irmãs é publicada a lei que cria a Guarda Nacional, e extingue no mesmo ato as Guardas Municipais, Corpos de Milícias e Serviços de Ordenanças, sendo que no mesmo ano em 10 de outubro, foram reorganizados os corpos de municipais, agora agregados ao Corpo de Guardas Municipais. Permanentes, nova denominação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, subordinada ao Ministro da Justiça e ao Comandante da Guarda Nacional. As patrulhas de permanentes deveriam circular dia e noite a pé ou a cavalo, ‘com o seu dever sem exceção de pessoa alguma’, sendo ‘com todos prudentes, circunspectos, guardando aquela civilidade e respeito devido aos direitos do cidadão’; estavam, porém autorizados a usar ‘a força necessária’ contra todos os que resistissem a ‘ser presos, apalpados e observados’.

A atuação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes desde a sua criação foi motivo de destaque, conforme citação do Ex-Regente Feijó, que em 1839 dirigiu-se ao Senado, afirmando: ‘Lembrarei ao Senado que, entre os poucos serviços que fiz em 1831 e 1832, ainda hoje dou muita importância à criação do Corpo Municipal Permanente; fui tão feliz na organização que dei, acertei tanto nas escolhas dos oficiais, que até hoje é esse corpo o modelo da obediência e disciplina, e a quem se deve a paz e a tranquilidade de que goza esta corte’. Esta corporação teve em seus quadros vultos nacionais que souberam conduzi-la honrosamente, tendo como destaque o Major Luís Alves de Lima e Silva - ‘Duque de Caxias’, que foi nomeado Comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, em 18 de outubro de 1832. Ao ser promovido a Coronel, passou o Comando, onde ao se despedir dos seus subordinados fez a seguinte afirmação: ‘Camaradas! Nomeado presidente e comandante das Armas da Província do Maranhão, vos venho deixar, e não é sem saudades que o faço: o vosso comandante e companheiro por mais de oito anos, eu fui testemunha de vossa ilibada conduta e bons serviços prestados à pátria, não só mantendo o sossego público desta grande capital, como voando voluntariamente a todos os pontos do Império, onde o governo imperial tem precisado de nossos serviços [...]. Quartel de Barbonos, 20/12/39. Luís Alves de Lima e Silva’.

Esse Corpo, que se desdobrava entre o policiamento da cidade e a participação em movimentos armados ocorridos nos demais pontos do território brasileiro, a que se refere Li-

ma e Silva, é a atual Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que atuava no âmbito municipal do Município da Corte.

A história das Guardas Municipais acaba se confundindo com a própria história da Nação, ao longo desses últimos duzentos anos. Em diversos momentos essa ‘força armada’ se destacou vindo a dar origem a novas instituições de acordo com o momento político vigente. Dado a missão principal de promover o bem social, essa corporação esteve desde os primórdios diretamente vinculada à sua comunidade, sendo um reflexo dos anseios dessa população cidadina.¹ (grifo no original).

Hoje, a Guarda Municipal é realidade. Vem em crescente expansão pelos Estados. Prova disso é o demonstrativo do relatório emitido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), onde mostra as Guardas Municipais distribuídas pelo território nacional de forma heterogênea.

2.1 No Brasil

A **Guarda Municipal** é a denominação utilizada no Brasil para designar as instituições que podem ser criadas pelos municípios para colaborar na segurança pública utilizando-se do poder de polícia delegado pelo município através de leis complementares. Algumas administrações locais têm utilizado a denominação Guarda Civil Municipal para designar o órgão em cidades do interior e Guarda Civil Metropolitana para as grandes capitais do Brasil. A denominação "Guarda Civil" é oriunda das garbosas Guardas Civis dos Estados, extinta durante a ditadura militar.

As Guardas Municipais apresentam-se como uma alternativa à segurança pública no Brasil. Em outros países – a exemplo dos Países Baixos, Espanha, Bélgica, Portugal, Itália e França, bem como nos Estados Unidos e no Reino Unido – as administrações municipais possuem forças locais que atuam na segurança de seus cidadãos. É tão clara a intenção do constituinte de admitir uma atividade de polícia pelas guardas municipais, que houve por bem inseri-las no art. 144. § 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Assim a atuação das guardas se resume a uma atividade comunitária de segurança urbana, e apoiando os órgãos policiais estaduais e federais quando solicitadas.

Na Carta Magna, em seu artigo 144, § 8º, ao estabelecer atividades, órgãos e atuação frente à segurança pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, preconiza a respon-

sabilidade de todos, e principalmente do "Estado" (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), sendo um direito e responsabilidade de todos.

Em suma, o município tem responsabilidade pela segurança pública, o pode fazê-lo através de Guarda Municipal por expresso dispositivo constitucional que incluiu como órgão na segurança pública. Assim, as Guardas Municipais tem a função principal de proteger os bens, serviços e instalações, nos termos da lei, cuja função é de extrema relevância, podendo eventualmente, se solicitado atuar juntamente com órgãos policiais na manutenção da ordem pública junto com a Polícia Federal, Polícia Civil e Militar, além de outros previstos na própria Constituição Federal, como o caso da Polícia da Câmara dos Deputados, com atribuições também limitadas aos fatos ilícitos daquela Casa de Leis.

Segundo pesquisa do BNDES a Guarda Municipal já se faz presente e atua em mais da metade dos municípios com população superior a 100 mil habitantes: 51,7% para os municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes e 80,8% para aqueles com população superior a 500 mil habitantes.

2.2 Guarda do Rio de Janeiro

Todos os povos, sempre, ao se reunirem em grupo, passaram a necessitar da figura al-taneira do "Guardião da Lei e da Ordem", muitas vezes representado pelo próprio chefe da tribo, ou, então, sendo delegado este poder de polícia à determinadas pessoas do grupo.

No Brasil, a primeira instituição policial paga pelo erário foi o Regimento de Cavalaria Regular da Capitania de Minas Gerais, organizado em 9 de junho de 1775, ao qual pertenceu o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o *TIRADENTES*, que nela alistou-se em 1780 e em 1781 foi nomeado comandante do destacamento dos Dragões, na patrulha do "Caminho Novo", estrada que servia como rota de escoamento da produção mineradora da capitania mineira ao porto do Rio de Janeiro. Essa corporação é considerada como predecessora da Guarda Municipal Permanente.

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, foi criada em 13 de maio de 1809, a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, embrião da Guarda Municipal do Rio de Janeiro, sua missão era de policiar a cidade em tempo integral, tornando-a desde o início mais eficaz que os antigos "Quadrilheiros", que eram os defensores, normalmente escolhidos pela autoridade local das vilas no Brasil Colônia, entre civis de ilibada conduta e de comprovada lealdade à coroa portuguesa.

Ao abdicar o trono, Dom Pedro I deixa seu filho encarregado dos destinos do país. Neste momento conturbado, através da Regência Trina Provisória, em 14 de junho de 1831 é efetivamente criada com esta denominação em cada Distrito de Paz a Guarda Municipal, dividida em esquadras.

Em 18 de agosto de 1831, após a edição da lei que tratava da tutela do imperador e de suas augustas irmãs, é publicada a lei que cria a Guarda Nacional, e extingue no mesmo ato as Guardas Municipais, Corpos de Milícias e Serviços de Ordenanças, sendo que no mesmo ano, em 10 de outubro, foram reorganizados os corpos de municipais, agora agregados ao Corpo de Guardas Municipais Permanentes, nova denominação da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, subordinada ao Ministro da Justiça e ao Comandante da Guarda Nacional.

As patrulhas de permanentes deveriam circular dia e noite a pé ou a cavalo, "com o seu dever sem exceção de pessoa alguma", sendo "com todos prudentes, circunspectos, guardando aquela civilidade e respeito devido aos direitos do cidadão"; estavam, porém autorizados a usar "a força necessária" contra todos os que resistissem a "ser presos, apalpados e observados".

A atuação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes desde a sua criação foi motivo de destaque, conforme citação do Ex-Regente Feijó, que em 1839 dirigiu-se ao Senado, afirmando: "Lembrarei ao Senado que, entre os poucos serviços que fiz em 1831 e 1832, ainda hoje dou muita importância à criação do Corpo Municipal Permanente; fui tão feliz na organização que dei, acertei tanto nas escolhas dos oficiais, que até hoje é esse corpo o modelo da obediência e disciplina, e a quem se deve a paz e a tranquilidade de que goza esta corte".

Esta corporação teve em seus quadros vultos nacionais que souberam conduzi-la honrosamente, tendo como destaque o Major Luís Alves de Lima e Silva - "Duque de Caxias", que foi nomeado Comandante do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, em 18 de outubro de 1832.

Ao ser promovido a Coronel, passou o Comando, onde ao se despedir dos seus subordinados fez a seguinte afirmação:

"Camaradas! Nomeado presidente e comandante das Armas da Província do Maranhão, vos venho deixar, e não é sem saudades que o faço: o vosso comandante e companheiro por mais de oito anos, eu fui testemunha de vossa ilibada conduta e bons serviços prestados à pátria, não só mantendo o sossego público desta grande capital, como voando voluntariamente a todos os pontos do Império, onde o governo imperial tem precisado de nossos serviços (...). Quartel de Barbonos, 20/12/39. Luís Alves de Lima e Silva".

Esse Corpo, que se desdobrava entre o policiamento da cidade e a participação em movimentos armados ocorridos nos demais pontos do território brasileiro, a que se refere Lima e Silva, é a Guarda Municipal do Rio de Janeiro, que atuava no Município da Corte.

A história das Guardas Municipais acaba se confundindo com a própria história da Nação, ao longo desses últimos duzentos anos. Em diversos momentos essa "força armada" se destacou vindo a dar origem a novas instituições de acordo com o momento político vigente. Dado a missão principal de promover o bem social, essa corporação esteve desde os primórdios diretamente vinculada à sua comunidade, sendo um reflexo dos anseios dessa população cidadina.

Em Curitiba, no ano de 1992, ao realizar-se o III Congresso Nacional das Guardas Municipais, estabeleceu-se que 10 de outubro, passaria a ser comemorado o Dia Nacional das Guardas Municipais do Brasil. Atualmente, no Congresso Nacional brasileiro tramita a Proposta de Emenda Constitucional número 534/02 que amplia as competências das Guardas Municipais. Esta proposta foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados no dia 26 de outubro de 2005. Deverá ir a voto aberto no Plenário da Casa das Leis Nacionais.

Em 08 de agosto de 2014 foi sancionada pela presidenta Dilma Rousseff a lei 13.022/14 a qual dá uma segurança jurídica para as guardas municipais nascendo assim uma polícia municipal.

2.3 Organização

As Guardas Municipais ou Guardas Civis Municipais foram reestruturadas a partir do dispositivo da Carta Magna - Constituição Federal de 1988, que faculta aos municípios "criar" Guardas Municipais, para proteção dos seus bens, serviços e instalações conforme dispuser a Lei (complementar - texto constitucional).

Portanto, *a priori*, possuem poder de polícia administrativa para atuarem em situações onde o cumprimento das leis municipais se faz necessário, ameaça à ordem ou à vida e em situações de calamidade pública, agem também em qualquer outra situação de flagrante delito (artigo 301, do Código de Processo Penal), casos onde qualquer um do povo pode e as autoridades policiais e seus agentes devem prender quem quer que seja encontrado em situação de "flagrância". Assim, mesmo que haja divergências sobre a ação das Guardas Municipais em atividades "policiais", esta estará amparada pela lei. Tanto, de acordo com as

leis penais, como as leis municipais.

A sua organização administrativa, em geral, diverge entre um e outro município. Importante destacar que em 08/08/2014 a lei federal 13.022 regulamenta o § 8º da Constituição Federal trazendo para o mundo jurídico o Estatuto Geral das Guardas Municipais, que segundo o Professor e pesquisador de segurança pública municipal João Alexandre dos Santos (CESDH) 'consolida de fato e de direito a Polícia Municipal Brasileira'. A legislação traz uma competência geral, 18 competências específicas e cinco princípios mínimos de atuação.

2.4 Guarda Civil Municipal

A Guarda civil Municipal ou Guarda Municipal, conforme disposição do § 8º, do artigo 144, da Constituição Federal, é uma agência administrativa municipal, que pode ser criada por lei específica da câmara dos vereadores da cidade, como instrumento de segurança pública do município. Seus componentes possuem as mesmas prerrogativas e obrigações legais que os funcionários municipais. A GCM, como é conhecida, pode ainda auxiliar os outros órgãos de segurança pública, tais como: a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares.

Essa denominação, entretanto, pode variar: na cidade de São Paulo recebe o nome de Guarda Civil Metropolitana e na cidade do Rio de Janeiro, Guarda Municipal. Tem-se convencionalizado o uso de uniforme azul marinho pelos guardas. No Rio de Janeiro foi adotado o fardamento cáqui para melhor diferenciá-los dos policiais militares.

As Guardas Civis são organizações de natureza eminentemente civil, não se confundindo com corporações militares. Quanto ao porte de arma, estão autorizadas a usá-las (Lei 10.826/2003, art.6º, III,IV,§.1º e §.3º).

Figura 1: Veículo da Guarda Civil Municipal de São João de Meriti



Fonte: [http://www.wikiwand.com/pt/Guarda_municipal_\(Brasil\)](http://www.wikiwand.com/pt/Guarda_municipal_(Brasil))

2.5 Atribuições e diferenças com relação às polícias militares

Não existem presídios especiais para os Guardas Municipais como existem para os Policiais Militares, exemplo: "Presídio Romão Gomes" em São Paulo/SP.

Os Guardas Municipais tem direito à prisão especial, conforme o artigo 295, inciso XI do Código de Processo Penal Brasileiro(CPP), assim como ocorre com as carreiras policiais civis e militares em todo o país. Quando detidos, são conduzidos para presídios, onde aguardam por julgamento em celas denominadas "seguro" separados dos presos comuns. Também não possuem autorização para o porte de arma de fogo de uso restrito, como calibre .40 e .45 amplamente utilizados pelas policias militares e civis, respectivamente, em todo o território nacional.

Embora os Guardas Municipais usem fardas e insígnias, não são instituições militares, portanto, não são considerados forças auxiliares do exército, como ocorre com a Polícia Militar.

A Lei 10.826/03 "Estatuto do Desarmamento" disciplina no seu art 6º a utilização e o porte de arma de fogo para as Guardas Municipais, sendo em serviço e fora dele para as Guardas Municipais das capitais dos estados e cidades com mais de 500.000 habitantes, e somente em serviço para as cidades com mais de 50.000 e menos de 500.000 habitantes. Esse porte fica também condicionado à existência de uma Corregedoria e uma Ouvidoria próprias e a autorização do Superintendente Regional da Polícia Federal no estado a que pertence, o qual também delimitará a validade territorial do porte. Aos guardas municipais da cidade de Curitiba, por exemplo, pode ser concedido porte de arma de fogo de calibre permitido funcional

e/ou particular, em serviço ou fora dele e em todo o território do Estado do Paraná, entretanto, perdem esse direito ao se aposentarem.

Em casos de emergências, todas as ligações efetuadas para o número 190 serão atendidas pela Polícia Militar, embora tem se convencionado como número de emergência das Guardas Municipais o 153, o qual, em alguns casos, não seja uma ligação gratuita.

2.6 As antigas guardas civis estaduais

As Guardas Civis estaduais foram corporações policiais existentes até 1970,^[1] à semelhança da Guarda Civil do Estado da Guanabara, originária das reformas policiais do início do século XX, da Guarda Civil do Estado de São Paulo, da Guarda Civil do antigo Estado do Rio de Janeiro e outras, destinadas a executar o policiamento ostensivo uniformizado, juntamente, com as Polícias Militares. Apesar de terem o adjetivo "civil", não faziam parte das polícias civis dos estados e do distrito federal. Por vezes, os guardas eram retirados do policiamento da cidade e lotados nas delegacias de polícia, onde auxiliavam nas atividades administrativas desenvolvidas no interior dessas unidades policiais, como permanentes, sindicantes, carcereiros etc.

O governo oriundo do Golpe Militar de 64, objetivando estabelecer rígido controle sobre as corporações policiais, extinguiu as Guardas Civis e regulamentou as normas fiscalizadoras do Exército sobre as Polícias Militares, inclusive, nomeando oficiais do Exército para comandá-las na maioria dos estados. Uma das exceções foi a Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul, que após o golpe militar, continuou sendo comandada pelo seu então comandante geral, o coronel PM Octávio Frota, que assumiu em 1963 e entregou o cargo no final dos 4 anos do governo de Ildo Meneghetti. Seu comando foi de 1963 à 1967. Em 1969 os efetivos da Guarda Civil do Estado de São Paulo foram absorvidos pelos da então Força Pública do Estado de São Paulo, que passou a denominar-se Polícia Militar do Estado de São Paulo. No Estado da Guanabara, a extinção da Guarda Civil ocorreu em 1965, sendo boa parte do seu efetivo absorvido pela Polícia Civil do Estado da Guanabara, pela Polícia Militar do Estado da Guanabara e ainda uma parte foi transferida pela recém criada Polícia Federal.

2.6.1 Maracanaú

A Guarda Municipal de Maracanaú, município do estado do Ceará, é uma corporação uniformizada destinada à proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

Ligada diretamente à Secretaria Municipal de Governo, possui dotação orçamentária própria e gestão autônoma de forma a ter garantida uma administração eficiente e ágil.

Foi criada pela Lei Municipal nº 1004, de 8 de junho de 2005, que define a sua finalidade e atribuições de natureza preventiva:

- Segurança patrimonial e pessoal;
- Ronda Escolar e Ronda da Saúde;
- Vigilância e proteção ambiental;
- Serviço de salvamento e apoio à defesa civil;
- Ações recreativas e educativas;
- Colaboração com as autoridades municipais, com as polícias civil e militar e Corpo de Bombeiros.

O seu atual efetivo é de 125 guardas, sendo cinco do sexo feminino e foi provido mediante concurso público.

2.6.2 Belém

A Guarda Municipal de Belém (GMB) foi criada pela Lei Municipal nº 7.346, datada de 14 de outubro de 1986, e regulamentada em 16 de agosto de 1991 pelo decreto de nº 23.115, que a definia como uma instituição destinada à proteção de bens, serviços e instalações do município de Belém, de acordo com o Art.37, inciso XXV da Lei Orgânica do Município, que diz: *Art. 37. Compete ao município, no âmbito de sua autonomia, promover o bem-estar de sua população, dispor e cuidar de seu peculiar interesse, cabendo-lhe especialmente: XXV - regular, organizar e manter a Guarda Municipal com atribuição de proteger seus serviços, instalações e bens, dentre estes seu patrimônio cultural, histórico, artístico, natural e paisagístico.*

Em 27 de setembro de 1991, a *Guarda Municipal de Belém* foi implantada, sendo vinculada à Secretaria de Assuntos Jurídicos (Semaj). Hoje está vinculada ao Gabinete do Prefeito de Belém. Dado o reduzido número de seu contingente, sua atuação restringiu-se aos principais logradouros públicos de Belém.

No mesmo ano, foi formada a primeira turma de guardas municipais, composta por 142 alunos. Três instrutores, membros da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, integra-

ram o quadro docente da turma. Recentemente foram formados 273 novos guardas, selecionados em concurso feito depois de 14 anos, e ainda 20 estão no período de treinamento, para em breve compor o efetivo.

A GMB teve como seu primeiro comandante o Cel. EB R/1 José Benedito de Oliveira Porto, no período de setembro de 1991 a janeiro de 1993. Nesse mesmo período foram criados o Grupo de Apoio Tático (GAT) e a Banda de Música.

No período de janeiro de 1993 a julho de 1994, assumiu o comando da GBel o ex-comandante da Polícia Militar do Estado do Pará, Cel. PM Ailton Carvalho Guimarães. Foi criada a Inspetoria Especial de Segurança (IES), destinada à proteção do Executivo Municipal. Houve uma estruturação e operacionalização do GAT; proposta de alteração do plano de carreira da corporação e a criação do regimento interno da GBel.

De julho de 1994 a dezembro de 1996, a corporação foi comandada pelo Ten. Cel. PM Romeu Teixeira Dantas, quando passou a ser vinculada ao Gabinete do Prefeito, sendo regulamentado um sistema disciplinar dos seus servidores.

Nesses 19 anos de história de sua fundação, a Guarda Municipal de Belém ostenta na galeria dos seus ex-comandantes nove titulares. Atualmente, é comandada pela advogada e analista licenciada do Tribunal de Contas do Estado, Ellen Margareth da Rocha Souza.

2.7 GRUPAMENTOS

- Grupamento Operacional
- Banda de Música
- Inspetoria de Trânsito - ITRAN
- Grupamento de Ações Táticas - GAT
- Grupamento Ronda da Capital - RONDAC
- Grupamento de Ações Táticas com Cães - ATAC.

2.7.1 Cidade do Rio de Janeiro

A Guarda Municipal da Cidade do Rio de Janeiro – GM-Rio, foi criada em 1992, pela Lei Municipal nº 1.887, de 27 de setembro, com a finalidade de proteger bens e serviços municipais e contribuir para a melhoria das condições de vida da cidade. Foi, inicialmente, organizada como uma empresa pública, a Empresa Municipal de Vigilância S.A., conforme estabeleceu o Decreto Municipal nº 12.000, de 30 de março de 1993.

Com a extinção da EMV (Empresa Municipal de Vigilância) e criação, de fato, da Guarda Municipal do Rio de Janeiro através da Lei Complementar n.º 100, sancionada no dia 15 de outubro de 2009, a corporação passou a ter regime estatutário, deixando as relações de emprego de serem regidas pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). A Guarda Municipal do Rio de Janeiro—GM-RIO, passou a ser uma entidade autárquica, com personalidade jurídica de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e orçamentária, com patrimônio e receita próprios e sede na Cidade do Rio de Janeiro.

Atua com 15 Inspetorias da Guarda Municipal (IGM's) distribuídas pela cidade e 14 Grupamentos Especiais, de ações especiais, de praia, turismo, ronda escolar (direcionado às escolas públicas municipais), trânsito, tático móvel (repressão ao comércio ilegal na via pública), de cães, comunitário, de motociclistas, posturas municipais e área portuária, mobilizando um efetivo de 5.500 guardas que operam 536 viaturas, sendo 219 automóveis e utilitários, 105 motocicletas, 10 micro-ônibus e 2 reboques, além de carrinhos elétricos e bicicletas.

Figura 2: Viatura da GM - Rio



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_municipal_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_municipal_(Brasil))

Figura 3: Veículo do Grupamento de Controle Urbano – Rio



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_municipal_\(Brasil\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Guarda_municipal_(Brasil))

Dispõe do seu próprio centro de formação e treinamento, a Academia da Guarda Municipal, criada em 2004 e de uma banda de música com 67 músicos.

A Guarda Municipal do Rio de Janeiro tem as seguintes funções institucionais:

- proteger bens, serviços e instalações municipais do Rio de Janeiro;
- fiscalizar, organizar e orientar o tráfego de veículos fazendo cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de atribuição do Município;
- orientar a comunidade local quanto ao direito de utilização dos bens e serviços públicos;
- proteger o meio ambiente, o patrimônio histórico, cultural, ecológico e paisagístico do Município;
- apoiar e orientar o turista brasileiro e estrangeiro;
- colaborar com as operações de defesa civil do Município;
- seguir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN;
- vigiar os espaços públicos, tornando-os mais seguros em colaboração com os órgãos responsáveis pela segurança pública em nível federal ou estadual;
- exercer o poder de polícia no âmbito do Município do Rio de Janeiro, inclusive sancionatório, ressalvadas as hipóteses em que, por força de lei, a atribuição seja privativa de outra categoria funcional, situação em que poderá auxiliar a fiscalização com a prática de atos meramente materiais;

- implementar ações comunitárias, no intuito de aproximar o Poder Público dos grupos sociais, visando identificar e trabalhar, no limite das suas atribuições, os problemas específicos de cada área da Cidade.^[4]

A Guarda Municipal do Rio de Janeiro propõe ligar a sua origem à antiga Polícia Municipal do Distrito Federal, criada pelo Prefeito Pedro Ernesto em 1934. Na época, a cidade do Rio de Janeiro era a capital da República.

O primeiro dirigente dessa organização foi o tenente-coronel Zenóbio da Costa, que se tornaria figura destacada do Exército Brasileiro, Ministro da Guerra do Presidente Getúlio Vargas em 1954, quando general. É o atual patrono da corporação.^[5]

A Guarda Civil Municipal de Guarulhos - SP, existente desde 1998, conta com, aproximadamente, 1000 guardas, possui plano de carreira, possui corregedoria própria e realiza diversas ações, dentre elas: Grupamento de trânsito(GTRAN), Ronda escolar, Rondas Ostensivas, Ronda Bike, Canil, Banda Musical, Atendimento à Mulher vítima de violência sexual, GUARD - Grupo Unido na Ação de Resistência as Drogas, Central de Atendimento e Despacho de Viaturas a ocorrências, Vídeo Monitoramento no Centro da Cidade, Observatório da Criminalidade - geração de dados estatísticos do Município, Grupamento Inspetoria Guarda Ambiental (I.G.A) que realizam patrulhamento e fiscalização em áreas de mata, resgate de animais em áreas de ocupações irregulares assim como o tráfico ilegal de pássaros e o projeto EDUCAM (Educação Ambiental).

Possui também o Grupamento de Operações Táticas Especias (G.O.T.E.), atualmente com 36 homens que executam o patrulhamento em 09 motos e 04 vtr's quatro rodas.

No ano de 2011, os serviços da Guarda foram divididos por regiões que receberam o nome de Inspetorias, que são comandadas sempre por um 1º Inspetor ou 2º Inspetor. Hoje, há a Inspetoria Regional centro, a Inspetoria Regional leste, a Inspetoria Regional Norte, a Inspetoria Regional Oeste e a Inspetoria Regional Sul.

3 FORMAÇÃO ATUAL DA GUARDA MUNICIPAL

3.1 CURSO PRESENCIAL

O curso de formação de um agente da Guarda Municipal de da atualmente na **forma presencial** conforme a grade curricular conforme exigências da SENASP com carga horária Total: 476h/a e Carga Horária Total com a Disciplina Optativa:536h/a / 576h/a, geralmente no período diurno com a media de 08h/a diárias de segunda a sexta.

Contando com diversos instrutores, sendo necessária sala de aula para as diversas disciplinas teóricas e uma grande variedade de Docentes para aplicação das matérias obrigatórias.

Já na parte pratica também existe uma grande variação de ambientes tais como estande de tiro pratica, ambientes confinados para técnicas de CQB ou Close Quarters Battle (combate a curta distância) é uma modalidade policial emprega um conjunto de táticas e metodologias usadas quando a proximidade com o alvo é mínima, técnicas de abordagem a transeuntes e veiculo, técnicas de defesa pessoal, atividade física. Cada uma é empregada com metodologias convencionais tanto na pratica quanto na teórica sendo necessário o espaço adequado para pratica em cada fase do curso.

Técnicas e Procedimentos da Guarda Municipal

- Técnicas de abordagem;
- Técnicas de defesa pessoal;
- Técnicas de contenção, imobilização e condução;
- Técnicas de mediação;
- Técnica de preservação do local do crime;
- Presença institucional própria à Guarda Municipal;
- Segurança comunitária;
- Planejamento de ação integrada;
- Métodos de intervenção;
- Análise da situação;
- Informações sobre proteção às testemunhas;
- Uso legal e progressivo da força e da arma de fogo.

Na parte pratica envolve gasto como espaço para pratica do tiro, arma de fogo, munição, alvo, (E.P.I), protetores auriculares abafadores, óculos de proteção, instrutor qualificado e credenciado pela Policia Federal.

Ainda na parte pratica envolve diversos outros recursos como veículos para realizar treinamentos de abordagens, tiro embarcado, direção defensivos, evasivos e ofensivos, dentre várias outras técnicas que podem ser utilizado no treinamento policial.

“A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça apresenta a Matriz Curricular Nacional para Formação das Guardas Municipais. O presente instrumento foi desenvolvido entre os anos de 2004 e 2005, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD / Brasil, com a colaboração de consultoria técnica, pelo Departamento de Políticas, Programas e Projetos, através da Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, com objetivo de constituir um marco de referência para as ações formativas a serem empreendidas por todas as Guardas Municipais, contribuindo para o fortalecimento e institucionalização do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.”

Conhecimento do Espaço Urbano local As missões da Guarda Municipal, bem como suas técnicas e procedimentos devem apoiar-se num conhecimento profundo da realidade aonde são exercidas. A apropriação do espaço público, passa também pela apropriação dos problemas que lhe são inerentes: o processo de ocupação do solo urbano e as conseqüências na qualidade de vida, os tipos de conflito dos quais ele é palco. Passa também pelo conhecimento das potencialidades e recursos do Município para superá-los. Em profunda sintonia com a população, a Guarda Municipal deverá sentir se à vontade neste espaço que ela domina para poder prevenir, proteger e educar. Conteúdos Pertinentes:

Conhecimento do Espaço Urbano local

- Geografia da cidade;
- Processo de urbanização e suas conseqüências na qualidade de vida;
- Situação sócio-econômica do município;
- Meio ambiente e sustentabilidade;
- Plano diretor da cidade;
- Identificação das áreas de conflito;
- Competências específicas do município.

3.1.1 Grade Curricular

A Matriz Curricular Nacional para a Formação das Guardas Municipais tem por objetivo enfatizar a atuação das Guardas Municipais na prevenção da violência e criminalidade, destacando o papel dos Municípios no SUSP, assim como estabelecer diretrizes e princípios que norteiem a atuação das Guardas Municipais existentes nas diversas regiões do país, respeitando e considerando as especificidades regionais. Para a elaboração deste documento foram utilizadas todas as referências de atuação das Guardas Municipais existentes no país, sendo também convidados representantes de diferentes instituições que atuam como gestores municipais. Como fim principal, busca-se, com esta iniciativa, o fortalecimento da cidadania e a construção de um forte relacionamento entre os profissionais da Guarda Municipal e a sociedade, baseado no respeito, na confiança e no compromisso com a paz.

Contribuir na construção da identidade profissional da Guarda Municipal, de suas funções e competências específicas, para criar e aperfeiçoar padrões comuns nacionais de organização, gestão e atuação. As funções e atribuições das Guardas Municipais ampliaram, na prática, aquelas previstas no artigo 144 da Constituição Federal, que se limitam à proteção dos bens, serviços e instalações municipais. Elas se multiplicaram ao longo dos anos acompanhando o crescimento das cidades e a complexidade dos problemas de urbanização. A prevenção constitui hoje a principal missão da Guarda Municipal e pode assumir diferentes formas, exigindo também modos operacionais diversificados, segundo o tipo de Município aonde atua. É no espaço público que ela vai exercer a maior parte de suas funções, tais como: garantir a ocupação e a utilização democrática deste mesmo espaço público, garantir o respeito dos direitos fundamentais do cidadão na vida cotidiana, proteger o meio ambiente e o patrimônio ecológico, detectar todo tipo de deficiências e panes que impedem a livre circulação do cidadão e a correta utilização dos serviços públicos urbanos. Sua presença, reconhecida pela população, também contribui para prevenir e mediar pequenos conflitos. Mas o diálogo e a persuasão são os seus principais recursos tanto no gerenciamento de conflitos quanto na educação do cidadão para o respeito à lei no espaço público. Além do mais, a Guarda Municipal deve participar do acesso dos cidadãos aos seus direitos, sendo capaz de orientá-los. Para tal, deverá conhecer os direitos de cada um, bem como conhecer as entidades habilitadas a atender e orientar particularmente as vítimas. Por todas estas atribuições, os(as) Guardas Mu-

nicipais tornam-se verdadeiros agentes da cidadania. Mas esta identidade ainda está em construção. A presente Matriz Curricular constitui um importante instrumento deste processo.

Os objetivos específicos devem contribuir para o(a) Guarda Municipal: Perceber-se como agente da cidadania e construir sua identidade como educador, mediador e agente de prevenção, utilizando o diálogo como importante instrumento para mediar conflitos e tomar decisões; Compreender o exercício de sua atividade como prática da cidadania, motivando-o a adotar no dia a dia, atitudes de justiça, cooperação interna e com outros órgãos parceiros, e respeito à lei, valorizando a diversidade que caracteriza a sociedade brasileira e posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, étnicas, de classe social, de crenças, de gênero, de orientação sexual e em outras características individuais e sociais; Perceber-se como agente transformador da realidade social e histórica do país; Conhecer e dominar as diversas técnicas para o desempenho de suas funções; Compreender os limites legais e ético-profissionais do uso da força; Utilizar diferentes linguagens, fontes de informação e recursos tecnológicos para construir e afirmar conhecimentos sobre a realidade e as situações que requerem a atuação da Guarda Municipal; Desenvolver o conhecimento de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades técnica, cognitiva, emocional, física e ética.

As Áreas de Reflexão constituem o referencial teórico que tem o papel de estruturar o conjunto dos conteúdos formativos e inspirar o sentido político pedagógico de uma Matriz Curricular para a formação das Guardas Municipais. Tendo em vista estas funções, foram selecionadas quatro áreas de reflexão que pela sua natureza são pertinentes na discussão da Segurança Pública no Brasil e das atribuições das Guardas Municipais. Elas envolvem problemáticas sociais urgentes de abrangência nacional. As quatro Áreas de Reflexão são as seguintes: Ética, Cidadania, Direitos Humanos, Segurança Pública e Defesa Social; Sociedade, sua organização de poder e a Segurança Pública; O indivíduo como sujeito e suas interações no contexto da Segurança Pública; Diversidade, Conflitos e Segurança Pública.

Conteúdos Pertinentes:

Cultura e Conhecimentos Jurídicos

- Direitos Humanos, sua história e instrumentos de garantia;
- Direito, sua concepção e função;
- Elementos de Direito Constitucional;
- Elementos de Direito Administrativo;

- Elementos de Direito Penal e Direito Processual Penal;
- Legislações especiais aplicáveis no âmbito da Segurança Pública em geral e das Guardas Municipais em particular: legislação de proteção ao meio ambiente, lei de entorpecentes (tráfico e uso), Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Direitos do Consumidor, Estatuto do Desarmamento, Lei dos Crimes Hediondos, Lei dos Crimes de Tortura;
- Lei orgânica do Município;
- Códigos de posturas;
- Competências específicas do Município.

Violência, Crime e Controle Social

Conteúdos Pertinentes:

- Sociologia da violência;
- Violência estrutural, institucional e interpessoal;
- Noções de criminologia;
- Processos criminógenos, psicologia criminal e das interações conflitivas;
- Jovens em conflito com a lei (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- Violência e corrupção no serviço público;
- Crime organizado: conceituação e análise crítica;
- Sistema penal, processos de criminalização e práticas institucionais de tratamento dos autores de atos delitivos;
- Violência da escola e violência na escola;
- Violência e grupos vulneráveis; *f* Violência doméstica e de gênero;
- Rede de exploração sexual comercial;
- Mídia, violência e (in)segurança.

Modalidades de Gestão de Conflitos e Eventos Críticos

Conteúdos Pertinentes:

- Conceituação de espaço público e legislação relativa à sua utilização;
- Conflitos no espaço público municipal: tarefas da Guarda Municipal, tarefas da Polícia;

- Mediação de conflitos: princípios, técnicas e procedimentos;
- Preparação psicológica e emocional do “gerenciador” de conflitos;
- Tomada de decisão em situações de conflito;
- Uso legal e progressiva da força, da arma de fogo e defesa pessoal – legitimidade e limites: formas, responsabilidade e ética;
- Responsabilidade do(a)s aplicadores da lei;
- Articulação/integração com a comunidade na gestão de conflitos.

Valorização Profissional e Saúde do Trabalhador

Conteúdos Pertinentes:

- Condições de trabalho saudáveis e equipamentos adequados;
- A saúde do(a) Guarda Municipal;
- Desempenho profissional, procedimentos e técnicas para proteção à vida;
- Imagem do(a) profissional das Guardas Municipais;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Plano de carreira e Relações de Trabalho;
- Exercício físico.

Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública

Conteúdos Pertinentes:

- Comunicação Institucional (interna e em âmbito Municipal);
- Comunicação verbal e corporal;
- Comunicação de massa e sistema de Segurança Pública: princípios, meios e formas de comunicação;
- O papel da mídia como formador de opinião pública;
- Sistemas de telecomunicações interno e externo;
- Padronização de registro de ocorrências;
- Geoprocessamento de informações criminais, urbanas, sócio-econômicas e planejamento da atuação local das Guardas;
- Novas tecnologias da informação.

Quadro 2: Relação disciplinas Guarda Municipal

Carga Horária Total: 476h/a *Carga Horária Total com a Disciplina Optativa: 536h/a / 576h/a		
Título		
	Módulo I: O Papel das Guardas Municipais e a Gestão Integrada da Segurança Pública em Nível Municipal	172 h/a
1	FUNÇÕES E ATRIBUIÇÕES DAS GUARDAS MUNICIPAIS	
1.1	Análise e Discussão Crítica das Relações Humanas no Cotidiano das Guardas Municipais	12h/a
1.2	Ética, Direitos Humanos e Cidadania	16h/a
1.3	Diferentes Concepções de Políticas de Segurança Pública e as Diferentes Funções dos Profissionais da Segurança Pública Urbana numa sociedade democrática	16h/a
1.4	Legislação	30h/a
1.5	Técnicas e Procedimentos Operacionais das Guardas Municipais	40h/a
1.6	Segurança Patrimonial, Prevenção e Combate a Incêndios	12h/a
1.7	Noções Básicas de Primeiros Socorros	32h/a
2	A GESTÃO INTEGRADA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
2.1	Sistema Único de Segurança Pública – SUSP	02 h/a
2.2	Gestão Integrada da Segurança Pública Municipal	12h/a
	Módulo II: Apropriação do Espaço Público	30 h/a
1	ESPAÇO PÚBLICO, GUARDA MUNICIPAL E COMUNIDADE	
1.1	O Processo de Urbanização no Brasil, no Estado e no Município, nos Últimos Cinqüenta Anos do Ponto de Vista Econômico, Social e Demográfico e as conseqüências desse processo urbanístico na qualidade de vida do município	08 h/a
1.2	Discussão Crítica do Conceito de Comunidade	02 h/a
1.3	A Concepção de Guarda Comunitária	08 h/a
1.4	Definição do espaço público e identificação das atribuições federais, estaduais e municipais neste espaço	02 h/a
1.5	Técnicas e procedimentos na observação e encaminhamento aos órgãos competentes, de possíveis comprometimentos no fornecimento adequado de serviços à população, tais como transportes, água, esgoto, iluminação, comunicações etc.	04h/a
1.6	A utilização democrática do espaço público e as diversas manifestações de violação desse espaço (consideradas as peculiaridades de cada município): estacionamento abusivo, poluição das águas, degradações, pichações, poluição sonora, entre outras.	02 h/a
1.7	Técnicas e procedimentos na fiscalização para assegurar a utilização democrática do espaço público pela educação dos usuários, mediação de conflitos e prevenção de infrações.	04h/a
	Módulo III: Estrutura e Conjuntura para a Prática da Cidadania	198 h/a

Fonte: Brasil (2009)

Quadro 3: Relação disciplinas Guarda Municipal - continuação quadro 2

1	VIOLÊNCIA E (IN) SEGURANÇA PÚBLICA	
1.1	Noções da Sociologia da Violência	02 h/a
	Análise Crítica das Prováveis Causas Indutoras da Violência	04 h/a
1.2		
1.3	Violência da Escola e na Escola	04 h/a
1.4	Violência Doméstica e de Gênero	04 h/a
1.5	Homofobia	02 h/a
1.6	Violência Interpessoal, Institucional e Estrutural	04 h/a
2	MOVIMENTOS SOCIAIS	
2.1	Conhecer o papel dos Movimentos Sociais na sociedade	04 h/a
2.2	Conhecer a diversidade e os conteúdos dos principais Movimentos Sociais no Brasil	04 h/a
2.3	Conhecer os Movimentos Sociais em seu Estado e Município	10 h/a
3	ATIVIDADES SÓCIOPEDAGÓGICAS DA GUARDA MUNICIPAL DE CARÁTER PREVENTIVO	
3.1	Na Comunidade Escolar	30 h/a
3.2	No Ordenamento do Trânsito	32 h/a
3.3	Na Preservação Ambiental	12 h/a
4	O USO LEGAL E PROGRESSIVO DA FORÇA, DA ARMA DE FOGO E DEFESA PESSOAL	
4.1	O uso legal e progressivo da Força	06 h/a
4.2	Condicionamento Físico	40 h/a
4.3	Defesa Pessoal	40 h/a
4.4	Emprego de Equipamentos Letais e Não Letais ¹¹	60 h/a / 100 h/a
	Módulo IV: Comunicação e Gerenciamento da Informação	24 h/a
1	COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA PÚBLICA	
1.1	Noções da Língua Portuguesa (redação, narração e descrição)	06h/a
1.2	Telecomunicação e os Serviços de Utilidade Pública Como Instrumento	04h/a

Fonte: Brasil (2009)

Quadro 4: Relação disciplinas Guarda Municipal - continuação quadro 3

	na Prevenção da Violência e da Criminalidade	
1.3	Discussão da Relevância de Uma Rotina de Registro, Guarda e Gerenciamento das Informações	04h/a
1.4	Geoprocessamento de Informações Criminais, Urbanas, Sócio-Econômicas e a Atuação Local	04h/a
1.5	Gerenciamento da Informação e intervenções GM	04h/a
1.6	Orientação para o Relacionamento com a Mídia	02h/a
	Módulo V: Relações e Condições de Trabalho das Guardas Municipais	24h/a
1	RELAÇÃO JURÍDICA DO TRABALHO (DIREITOS E DEVERES)	
1.1	Análise e Discussão Crítica Quanto a Segurança no Trabalho	06 h/a
1.2	Ética na Relação Chefia/Subordinado	02 h/a
1.3	Saúde do Trabalhador	04 h/a
1.4	Análise e Discussão do Regimento Interno	06 h/a
1.5	Direitos trabalhistas (conforme o regime trabalhista:celetista ou estatutário)	06 h/a
	Módulo IV: Comunicação e Gerenciamento da Informação	28h/a
1	Palestras / debates	16h/a
2	Avaliação	12h/a

Fonte: Brasil (2009)

3.1.2 A legislação mais recente sobre GM - Lei 13.022/2014

A nova norma insere as guardas municipais no sistema nacional de segurança pública, garante o porte de arma e dá a esses profissionais o poder de polícia. O objetivo é que eles tenham o dever de proteger tanto o patrimônio como a vida das pessoas.

O documento também destaca que o direito pode ser suspenso em razão de "restrição médica, decisão judicial ou justificativa da adoção da medida pelo respectivo dirigente".

Estatuto

O Estatuto Geral das Guardas Municipais regulamenta dispositivo da Constituição que prevê a criação de guardas municipais para a proteção de bens, serviços e instalações. A guarda municipal deverá ainda colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas e contribuir para a pacificação de conflitos. Mediante convênio com órgãos de trânsito estadual ou municipal, poderá fiscalizar o trânsito e expedir multas.

Outra competência é encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, o autor da infração, preservando o local do crime. A guarda municipal poderá ainda auxiliar na

segurança de grandes eventos e atuar na proteção de autoridades. Ações preventivas na segurança escolar também poderão ser exercidas por essa corporação.

A Lei prevê, igualmente, a possibilidade de municípios limítrofes constituírem consórcio público para utilizar, reciprocamente, os serviços da guarda municipal de maneira compartilhada.

Esse consórcio poderá ficar encarregado também da capacitação dos integrantes da guarda municipal compartilhada. Todos os guardas deverão passar por esse tipo de capacitação e currículo compatível com a atividade.

3.1.3 Defesa e poder de polícia

De acordo com a regra, além da segurança patrimonial, estabelecida pelo artigo 144 da Constituição Federal, as guardas terão poder de polícia. Elas poderão atuar na proteção da população, no patrulhamento preventivo, no desenvolvimento de ações de prevenção primária à violência, em grandes eventos e na proteção de autoridades, bem como em ações conjuntas com os demais órgãos de defesa civil.

Com a aprovação da lei, os profissionais também deverão utilizar uniformes e equipamentos padronizados, mas sua estrutura hierárquica não poderá ter denominação idêntica à das forças militares. As guardas terão até dois anos para se adaptar às novas regras.

Requisitos

A criação de guarda municipal deverá ocorrer por lei, e os servidores deverão ingressar por meio de concurso público. Para ingressar na guarda, o candidato deve ter nacionalidade brasileira; nível médio completo; e idade mínima de 18 anos.

O texto exige curso de capacitação específica do servidor, permitindo ao município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento. Poderá haver ainda convênio com o estado para a manutenção de um órgão de formação centralizado, que não poderá ser o mesmo de forças militares.

Desde que ressurgiram em sede constitucional, as Guardas Municipais passaram por inúmeras transformações. A adaptação das atividades desempenhadas por estas instituições de Segurança Pública à realidade social, sempre foi objeto de inúmeros questionamentos, principalmente quanto à capacidade técnica-operacional de seus agentes.

De fato, a ausência de parâmetros permitia que cada instituição desenvolvesse suas atividades de acordo com as convicções de seus comandantes, gerando uma grande insegurança jurídica.

Distantes do plano legal, mas muito conectado ao plano real, as Guardas Municipais necessitavam de uma retaguarda jurídica que amparassem suas atividades-fim, o policiamento preventivo.

Neste sentido, e depois de uma longa tramitação legislativa, editou-se a Lei 13.022/2014, o Estatuto Geral das Guardas Municipais, normatizando e padronizando as ações de todos os agentes destas instituições.

Contudo, não basta a Lei criar obrigações e padronizar ações sem que haja o aprimoramento do material humano que irá desenvolver estas atividades, necessitaria uma requalificação de todos os agentes. Nisto, a própria lei encarregou-se de indicar o caminho:

Art. 11. O exercício das atribuições dos cargos da guarda municipal requer capacitação específica, com matriz curricular compatível com suas atividades. (sem grifo no original)

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, poderá ser adaptada a matriz curricular nacional para formação em segurança pública, elaborada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.¹

Desta forma, compreendem-se que as Guardas Municipais requerem uma capacitação específica, não distante das oferecidas aos demais órgãos de Segurança Pública, por sua similitude, mas, mais adequadas ao campo de atuação de policiamento preventivo, ou comunitário, como queiram os lecionadores.

Sob o mesmo enfoque, a “*Matriz Curricular mencionada no caput deste artigo, nada mais é do que um compêndio, uma coletânea de conhecimentos específicos voltados para a atribuição e o exercício das atividades da Guarda Municipal.*”²

Atualmente, o Ministério da Justiça disponibiliza uma Matriz Curricular Nacional³ para a formação de guardas municipais para todo o Brasil, a qual contempla todo o contexto

¹ Lei 13.022 de 08 de Agosto de 2014

² KUSS, Roberto José Rodrigues. Lei 13.022/2014 comentada: estatuto geral das guardas municipais. 1ªed. Editora CRV. Curitiba. 2016. pág 69

³ Matriz Curricular Nacional para Guardas Municipais para a formação em Segurança Pública, disponível em: <http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/matrizcurricularguardasmunicipais2005.pdf>

de policiamento preventivo e comunitário, mas permite, caso seja interessante ao município, que adéqüem a Matriz Curricular Nacional a sua própria Matriz. Naturalmente, isso não afasta a possibilidade da realização de cursos complementares realizados por intermédio de convênios entre outras instituições de Segurança Pública, Art 12, §§:

Art. 12. É facultada ao Município a criação de órgão de formação, treinamento e aperfeiçoamento dos integrantes da guarda municipal, tendo como princípios norteadores os mencionados no art. 3o.

§ 1º Os Municípios poderão firmar convênios ou consorciar-se, visando ao atendimento do disposto no caput deste artigo.

§ 2º O Estado poderá, mediante convênio com os Municípios interessados, manter órgão de formação e aperfeiçoamento centralizado, em cujo conselho gestor seja assegurada a participação dos Municípios conveniados.

§ 3º O órgão referido no § 2o não pode ser o mesmo destinado a formação, treinamento ou aperfeiçoamento de forças militares. (sem grifo no original)⁴

Destarte, cabe ressaltar, que a formação e o aperfeiçoamento das instituições Guardas Municipais, não poderão ser realizadas nas mesmas instalações destinadas à formação e aperfeiçoamento das forças militares. Tal distinção se dá pela doutrina filosófica de cada instituição, embora semelhantes em alguns pontos, mas muito divergente em outros.

As Guardas Municipais, pela característica civil, possui uma identidade democrática e relação comunitária com a sociedade, enquanto as forças militares, constantemente aquarteladas, possuem doutrinas das quais, distintas aos demais membros da sociedade, pautas na irrestrita hierarquia e disciplina.

A partir do exposto sobre a formação e capacitação de Guardas Municipais, propõe-se metodologias educacionais alternativas utilizando as TICs e metodologias ativas de aprendizagem, como por exemplo, a gamificação de conteúdo. No próximo capítulo, vão descrever nossa proposta através de um ambiente virtual de aprendizagem.

⁴Lei 13.022 de 08 de Agosto de 2014

4 TICS E AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVA)

4.1 TIC E CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO

Segundo Lopes (2017), as tecnologias são resultantes da inovação e criatividade humana. Mas o que é tecnologia? Kenski (2014) define tecnologia como equipamentos, instrumentos, recursos, produtos, ferramentas, entre outros, derivados do conhecimento humano. Seu conceito engloba todas as coisas que a engenhosidade do cérebro humano conseguiu criar em todas as épocas.

Kenski (2014) enfatiza que tecnologia é “poder” sendo resultante de necessidades, desde a Idade da Pedra até os dias atuais. Uma das necessidades informadas pelo autor é a de expressar sentimentos e opiniões aperfeiçoando o processo de comunicação e informação.

A necessidade de informar e comunicar impulsionou o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação- “TIC”. A evolução da comunicação oral, para a digital por meio de tecnologias eletrônicas e principalmente a internet foram os impulsionadores das TIC mudando o acesso à informação e à cultura (KENSKI, 2014).

De acordo com Pereira, Spanhol e Almeida (2016) o avanço tecnológico garantiu além de novas maneiras de utilizar as TIC na produção, propagação, interação, mediação e comunicação em tempo real, o desenvolvimento de novas TIC.

Esse avanço tecnológico interferiu de forma significativa o cotidiano do ser humano. Pereira, Spanhol e Almeida (2016 apud SILVA et al.,2011) afirmam que as tecnologias estão tão presentes no cotidiano do ser humano e que o mesmo não nota que são artificiais.

A possibilidade de conexão e informação a todo momento proporcionada pelas TIC, modificou a forma de informar, comunicar e conseqüentemente de aprender da sociedade, surgindo uma nova cultura denominada de cibercultura⁵.

Essa nova cultura refletiu nas práticas escolares, onde de acordo com a necessidade de novas formas de aprendizagem as tecnologias da informação e comunicação estão sendo integradas cada vez mais na educação.

⁵ Cibercultura - é a cultura que surgiu, ou surge, a partir do uso da rede de computadores, e de outros suportes tecnológicos através da comunicação virtual, a indústria do entretenimento e o comércio eletrônico. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cibercultura>.

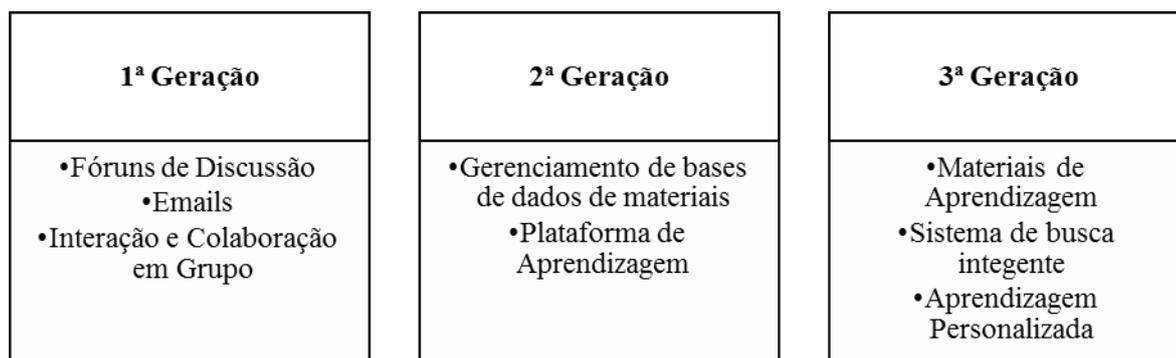
Kenski (2014) afirma que o vínculo entre conhecimento, educação, poder e tecnologias estão presentes em todas as épocas, e em todos os tipos de relações sociais, sendo a educação um mecanismo poderoso de articulação entre poder, conhecimento e tecnologias.

4.1.1 AVA

O avanço e desenvolvimento de novas tecnologias modificaram o antigo processo de ensinar e aprender existente desde os primórdios. Essas novas tecnologias proporcionaram o desenvolvimento do Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA . Esse “ambiente” instiga o aluno a construir seu conhecimento de acordo com sua forma de aprendizagem, sem a necessidade de estar presencialmente em uma sala de aula.

Segundo Lacerda (2013) o desenvolvimento de novas ferramentas de interatividade da Web 2.0⁶, e a utilização das mesmas nos AVAs ampliaram sua utilização desses ambientes. O surgimento dessas ferramentas auxiliou na evolução dos ambientes, sendo classificadas por Lacerda (2013 apud TOTKOV, 2003) nas seguintes gerações:

Figura 4: Gerações Ead.



Fonte: Adaptado Lacerda (2013).

Uriarte (2003 apud SANTOS, 2002) conceitua o AVA como um local virtual, em que por meio da internet pode ocorrer o processo de ensino-aprendizagem. Nesse ambiente as ferramentas e os recursos são organizados e disponibilizados pelo professor aos estudantes.

⁶ WEB 2.0 – É uma segunda geração de comunidades e serviços, tendo como conceito a "Web como plataforma", envolvendo wikis, aplicativos baseados em, redes sociais, blogs e Tecnologia da Informação. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Web_2.0.

Por meio de uma rede de computadores interligados, e de várias ferramentas foi possível a “virtualização” do processo de ensino-aprendizagem. O surgimento do Learning Management Systems, conhecido como LMS ⁷ ou Sistemas de Gestão de Aprendizagem – SGA e do Learning and Content Management System – LCMS⁸, considerado uma evolução do LMS, possibilitou a reunião de diversas ferramentas no mesmo ambiente. Esses sistemas tornaram mais flexíveis as atividades educacionais, podendo ser adaptadas de acordo com o perfil do aluno (LACERDA, 2013).

Os SGA gerenciam o ambiente virtual de aprendizagem, permitindo administrar recursos baseados na Web, cadastrar usuários, cursos, inserir conteúdos, interagir por meio de ferramentas síncronas e assíncronas, entre outros, sendo cada vez mais utilizados como apoio no ensino presencial (VICENTIN, 2007).

Segundo Simão Neto (2010) os AVAS não são somente utilizados para educação a distância, e-learning e aprendizagem on-line, sendo também cada vez mais utilizado como uma ferramenta auxiliar na educação presencial.

O AVA possui como principal característica o gerenciamento, e a possibilidade de construção individual ou colaborativa do conhecimento por mediação das TIC. Esse ambiente é desenvolvido por meio de uma equipe qualificada, sendo composta por diversos profissionais que “moldam e desenvolvem” essa plataforma da melhor forma para atender as necessidades de seu público alvo.

Essa equipe deve desenvolver um ambiente que proporcione segundo Simão Neto (2010), um ambiente virtual de aprendizagem com todos os componentes necessários para o estudo on-line, sendo eles: Materiais didáticos, recursos e ferramentas para comunicação e interação, compartilhamento de informações, orientação, suporte aos alunos, gestão do processo de ensino-aprendizagem, e a avaliação.

O aluno, até então totalmente dependente de um professor em sala de aula, torna-se mais independente. O processo de ensino-aprendizagem passa a acontecer no espaço digital ou virtual e não somente no mesmo espaço físico que o professor.

⁷ LMS ou SGA- disponibiliza uma série de recursos, síncronos e assíncronos, que dão suporte ao processo de aprendizagem, permitindo seu planejamento, implementação e avaliação.
Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Sistema_de_Gest%C3%A3o_da_Aprendizagem.

⁸ LCMS - é uma solução, na maioria das vezes totalmente web, que é utilizada para criar, aprovar, publicar e gerenciar conteúdos instrucionais (geralmente chamados de objetos de aprendizagem). Fonte: <http://learning-performancebrasil.homologacao.micropower.com.br/home/artigos/artigos.asp?id=1834>

De acordo com Lacerda (2013) os componentes de um AVA são: sujeitos, objetos de estudo, interação e comunicação que ocorrem por meio de uma plataforma. Essa plataforma disponibiliza diversas ferramentas sendo classificadas pelo autor em quatro grupos: Ferramentas Informacionais, Ferramentas de Gerenciamento de Conteúdo, Ferramentas Administrativas e Ferramentas de Comunicação (Síncrona e Assíncrona).

Pereira (2007 apud MCKIMM; JOLLIE; CANTILLON, 2003) conceitua AVA como um conjunto de ferramentas eletrônicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. Elas podem organizar conteúdos, acompanhar atividades, suporte on-line e comunicação eletrônica.

É caracterizado como uma opção de mídia com diversos recursos utilizada para mediar o processo de ensino-aprendizagem a distância. Por meio dos recursos das ferramentas disponibilizadas e planejadas é possível a interação entre os atores envolvidos. O autor agrupa esses recursos em quatro eixos: Informação e documentação, Comunicação, Gerenciamento Pedagógico e Produção (PEREIRA, 2007).

4.1.1.1 Moodle

O *Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*- **Moodle**, é o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Segundo Saldanha (2011) há vários anos a UFSC o utiliza na Ead, e desde 2009 como ferramenta auxiliar no ensino presencial.

Figura 5: Tela acesso Moodle



Fonte: moodle.ufsc.br

Esse Ambiente Virtual de Aprendizagem foi criado por Martin Dougiamas, e segundo Silva (2011) trabalha com uma perspectiva dinâmica de aprendizagem dando ênfase às ações colaborativas. Na mesma concepção do autor o objetivo desse ambiente é proporcionar ensino-aprendizagem por meio de interação entre os usuários.

Atualmente é um dos AVAs mais utilizados do mundo. Segundo Lacerda (2013) o Moodle foi criado como uma opção gratuita de plataforma de aprendizagem online. O autor o define como um software livre de código aberto, podendo ser modificado e distribuído sem custo financeiro.

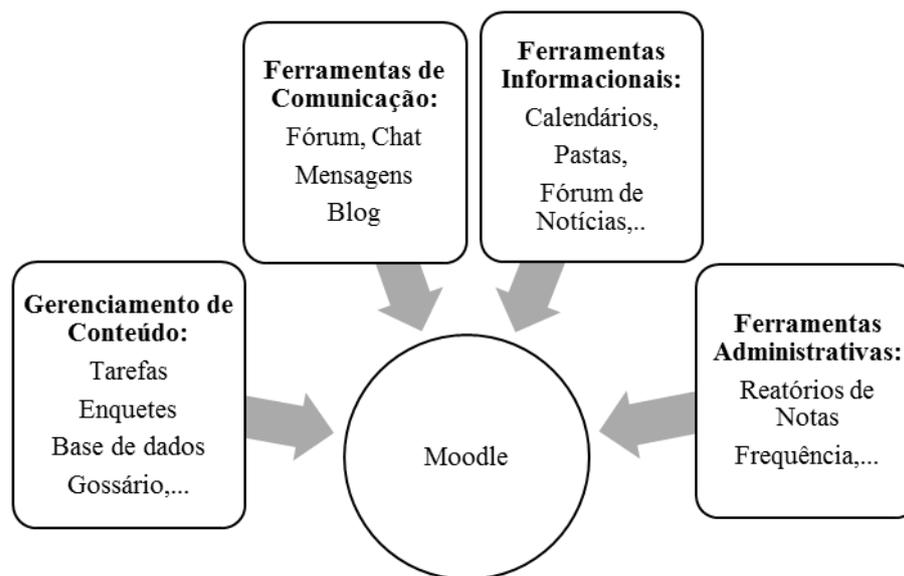
Lacerda (2013) define o mesmo como uma plataforma de ensino e aprendizagem, sendo utilizado como uma ferramenta para criar sites web dinâmicos .

De acordo com Saldanha (2011) o Moodle objetiva cobrir três eixos básicos do processo de ensino –aprendizagem:

- Gerenciamento de conteúdos: Organização dos temas disponibilizados aos alunos de acordo com a disciplina.
- Interação entre Usuários: Diversas ferramentas que possibilitam a interação e comunicação síncrona (tempo real) e assíncrona (tempo distinto) entre os atores envolvidos.
- Acompanhamento e Avaliação: relatórios, avaliação de tarefas, atribuição de notas, entre outros.

Apresenta como objetivo principal o gerenciamento e a disseminação da aprendizagem. Em um contexto de cultura digital pode ser utilizado como uma ferramenta para construção de comunidades colaborativas, proporcionando a construção do conhecimento por meio da colaboração, interação e participação de um grupo de pessoas (VICENTIN, 2007).

Possui diversas ferramentas que auxiliam no gerenciamento de aprendizagem e construção do conhecimento. Lacerda (2013) agrupa-as em quatros grupos distintos, conforme figura abaixo:

Figura 6: Ferramentas Moodle

Fonte: Adaptado Lacerda A. L (2013).

Segundo Silva (2011) o Moodle possui os seguintes Recursos:

- Livro: Esse recurso possibilita a construção conteúdo continuamente.
- Página web: Possibilita a formatação completa e textos, inserção de figuras, vídeos e sons.
- Link a um arquivo ou site: disponibiliza arquivos para download e (ou) aponta para endereços da internet.
- Visualizar um diretório: visualização de pastas onde os arquivos estão armazenados.
- Rótulo: Possibilidade de Blocos HTML⁹
- Pacote IMS CP (falar das ferramentas): é uma plataforma para controle de serviços de multimídia que combina recursos em tempo real.

Os recursos de ferramentas são importantes para a configuração de um curso, permitindo por meio do recursos especificados a disponibilização de materiais de estudo por meio do AVA (SILVA, 2011).

Silva (2011) lista as atividades mais comuns incorporadas no Moodle:

⁹ HTML - *HyperText Markup Language*, que significa *Linguagem de Marcação de Hipertexto*) é uma linguagem de marcação utilizada na construção de páginas na Web. Documentos HTML podem ser interpretados por navegadores. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/HTML>

- Base de dados: criação e busca de dados nas bases de dados sobre qualquer tópico do ambiente;
- Chat: permite a interação online e simultânea, também conhecida como comunicação síncrona, entre os participantes
- Escolha: Elaboração de formulário de perguntas e respostas;
- Fórum: ferramenta de discussão, permitindo a criação de um ambiente colaborativo e interativo por meio de comunicação assíncrona (não simultânea).
- Glossário: criação de dicionário referente à termos relacionados com o conteúdo da disciplina.
- Lição: possibilidade de intercalar perguntas e respostas por meio de arquivos de diferentes formatos.
- Pesquisa de avaliação: pesquisa rápida sobre determinado assunto.
- Questionário: variedade de tipos de exercícios e avaliações online.
- Tarefas: possibilita a solicitação de atividades que devam ser realizadas online ou off-line.

O grande dinamizador do processo de ensino e aprendizagem informado por Silva (2011) é o menu de atividades que possibilita, por meio das ferramentas listadas, interatividade do aluno.

O Moodle possibilita por meio de suas diversas ferramentas, uma nova forma de aprendizagem de acordo com o novo perfil do aluno. É de grande importância o domínio da tecnologia utilizada, do conteúdo a ser aplicado para proporcionar com eficácia a construção do conhecimento individual ou coletiva.

A seguir, pretende-se apresentar indicações de como ambientes virtuais de aprendizagem podem se tornar instrumentos capazes de garantir a aprendizagem significativa, tendo como objetivos claros na utilização dos mesmos por parte de instituições que oferecem educação a distância ou ensino online. Destaca-se a investigação de AVAs diversos, apontando ferramentas, facilidades e/ou as potencialidades tecnológicas e educacionais, especificamente aprofunda-se no Ambiente Virtual de Aprendizagem livre (Moodle - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment), enfatizando o seu potencial para a aprendizagem colaborativa, a interação dialógico-problematizadora, interatividade, flexibilidade cognitiva em torno dos recursos e atividades educacionais.

Ao iniciar esta discussão, se faz necessário conceituar aprendizagem significativa e refletir como está sendo desenvolvida a partir das novas culturas educacionais apresentadas na “Era do Conhecimento”.

A evolução da humanidade depende diretamente da evolução de como concebemos e vemos o mundo em que vivemos. A rapidez com que as mudanças vêm ocorrendo no mundo, nos trouxe um problema de natureza puramente educacional, pois os conceitos de aprendizagem que vinha se apresentando de 30 anos para cá, não são mais suficiente para aprender e entender o mundo.

Os AVAs provêem recursos para dispor grande parte dos materiais didáticos nos mais diferentes formatos, podendo ser elaborados na forma escrita, hipertextual, oral ou áudio-visual. Fundamentando em FAHY (2004), pode-se dizer que os recursos digitais e impressos adequados para AVAs devem ser cuidadosamente planejados pela equipe de projeto considerando seu público-alvo.

No quadro abaixo, podemos observar os possíveis usos do computador na educação:

Quadro 5: Relação uso do computador na educação

Usos do computador no ensino	Tipos de Software	Possíveis ações do aluno	Objetivo	Embasamento Teórico
Ambientes de Ensino aprendizagem	Exercício e Prática	Revisar/Praticar	Promover um mecanismo de reforço e teste	Comportamentalismo
	Sistemas Tutoriais	Aplicar conceitos, Testar hipóteses, Compreender, Abstração.	Ser professor/tutor	Transmissão de Conhecimento
	Simuladores		Permitir a verificação de hipóteses	Aprendizagem por descoberta; Construtivismo
	Jogos educativos (estratégias) Micromundos: programas de autoria e programação		Propiciar a tomada de decisões e resolução de problemas	
Programas de uso geral	Editores de Textos; Banco de Dados; Planilhas de Cálculos; Programas de Desenho; Programas Estatísticos; Programas de Apresentação	Aprender a fazer; Representar/ Construir modelos mentais	Ajudar: organizar, armazenar, recuperar e apresentar informação	Aprendizagem significativa, Construtivismo
Ambientes Telemáticos	Redes de Comunicação (Internet)	Cooperar/ Colaborar; Comunicar-se, Realizar tarefas em grupo; Pesquisar	Facilitar a transmissão, o acesso à informação e à comunicação	Aprendizagem sócio-construtivista; Aprendizagem por descoberta e por exploração

Fonte: Passerino (2001).

Fonte: Fahy (2004)

Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento de ambientes virtuais de aprendizagem voltados para formação policial. Os AVAs desenvolvidos para essa classe deverão levar em consideração as questões psicólogos, pedagogos e estudiosos no que diz respeito ao processo de desenvolvimento cognitivo e emocional do ser humano. Desenvolver ambientes virtuais de aprendizagem é uma tarefa multidisciplinar, e, portanto, deve-se atentar para as necessidades específicas que são manifestadas pelo agente de segurança. visualizando anseios e necessidades de cada região modo a não deixar interpretações dúbias do que se quer e intencionalidade do que se precisa.

5 AVA E A FORMAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL

5.1 Cursos De Aperfeiçoamento Aos Profissionais De Segurança Pública Ead Senasp/Renaesp

A Senasp

À Secretaria Nacional de Segurança Pública compete:

I - assessorar o Ministro de Estado na definição, implementação e acompanhamento da Política Nacional de Segurança Pública e dos Programas Federais de Prevenção Social e Controle da Violência e Criminalidade;

II - planejar, acompanhar e avaliar a implementação de programas do Governo Federal para a área de segurança pública;

III - elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;

IV - promover a integração dos órgãos de segurança pública;

V - estimular a modernização e o reaparelhamento dos órgãos de segurança pública;

VI - promover a interface de ações com organismos governamentais e não-governamentais, de âmbito nacional e internacional;

VII - realizar e fomentar estudos e pesquisas voltados para a redução da criminalidade e da violência;

VIII - estimular e propor aos órgãos estaduais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando controlar ações de organizações criminosas ou fatores específicos geradores de criminalidade e violência, bem como estimular ações sociais de prevenção da violência e da criminalidade;

IX - exercer, por seu titular, as funções de Ouvidor-Geral das Polícias Federais;

X - implementar, manter e modernizar o Sistema Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública - INFOSEG;

XI - promover e coordenar as reuniões do Conselho Nacional de Segurança Pública;

XII - incentivar e acompanhar a atuação dos Conselhos Regionais de Segurança Pública; e

XIII - coordenar as atividades da Força Nacional de Segurança Pública.

Texto dado pelo Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, Anexo I

A Renaesp é um projeto de educação permanente voltado aos profissionais de segurança pública, que atende aos demais profissionais interessados e atuantes nesta área. “A rede consiste na parceria com Instituições de ensino superior que promovem cursos de pós-graduação lato sensu, na modalidade presencial, sobre diferentes temas relacionados à segurança pública”, explica a titular da Senasp/MJ, Regina Miki.

A SENASP oferece aos agentes de segurança pública estudos EAD para capacitação constante dividido em Três ciclos anuais podendo fazer até dois cursos o profissional que já tenha concluído ao menos um curso da rede EAD, dentre eles estão:

Quadro 6: Ciclos cursos SENASP

Ações para o Controle de Armas
Análise Criminal
Aspectos Jurídicos da Abordagem Policial
Atendimento às Mulheres em Situação de Violência
Atuação Policial frente aos Grupos Vulneráveis
Busca e Apreensão 1
Busca e Apreensão 2
Capacitação em Educação para o Trânsito
Cartéis
Combate à Lavagem de Dinheiro
Concepção e Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente
Convênios
Crimes Ambientais
Democracia Participativa
Elaboração de Materiais para Educação a Distância
Emergencista Pré-Hospitalar 1
Emergencista Pré-Hospitalar 2
Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
Espanhol 1
Espanhol 2
Filosofia dos Direitos Humanos Aplicada à Atuação Policial
Fiscalização de Excesso de Peso
Fiscalização Interestadual de Transportes de Passageiros
Formação de Formadores
Gerenciamento de Crise
Gestão de Projetos
Identificação de Armas de Fogo
Identificação Veicular 1
Identificação Veicular 2
Inglês 1
Integração das Normas Internacionais de DH na Área de Segurança Pública
Intervenção em Emergências com Produtos Perigosos
Investigação Criminal 1
Investigação Criminal 2
Investigação de Estupro
Investigação de Homicídios 1

Libras (Linguagem Brasileira de Sinais)
Licitações e Contratos Administrativos
Local do Crime: Isolamento e Preservação
Mediação Comunitária
Mediação de Conflitos 1
Mediação de Conflitos 2
Ocorrências envolvendo Bombas e Explosivos
Operações de Manutenção da Paz e Policiamento Internacional
Papiloscopia 1
Papiloscopia 2
Planejamento Estratégico
Polícia Comunitária
Policiamento Comunitário Escolar
Policiamento Orientado por Problemas
Português Instrumental
Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
Psicologia das Emergências
Redação Técnica
Relatório de Local de Crime
Representação Facial Humana 1
Representação Facial Humana 2
Resolução de Conflitos Agrários
Saúde ou doença: em qual lado você está?
Segurança Pública sem Homofobia
Sistema de Comando de Incidentes
Sistemas e Gestão em Segurança Pública
Técnicas e Tecnologias não letais de Atuação Policial
Termo Circunstanciado
Tópicos em Psicologia Relacionados à Segurança Pública e Defesa Civil
Tráfico de Seres Humanos
Uso da Informação na Gestão de Segurança Pública
Uso Diferenciado da Força
Violência, Criminalidade e Prevenção

Fonte: senasp.gov.br

Os cursos oferecidos pela Renaesp na modalidade EaD não contemplam a formação de guardas municipais e nem a capacitação através de cursos específicos para a realidade de cada município. Ao mesmo tempo, estes cursos da Renaesp, não possuem uma abordagem levando em conta as novas metodologias ativas da aprendizagem.

A seguir, propomos justamente um protótipo de ambiente virtual da aprendizagem que leve em conta as novas metodologias ativas da aprendizagem.

5.2 A Utilização Da Plataforma Moodle

Propõe-se a seguir um protótipo de ambiente virtual de aprendizagem utilizando a plataforma moodle, com as seguinte disciplinas e módulos:

Módulo I: O Papel das Guardas Municipais e a Gestão Integrada da Segurança Pública em Nível Municipal.

*Disciplina 1: Funções e atribuições das Guardas Municipais.

*Disciplina 2: A Gestão Integrada da Segurança Pública.

Módulo II: Apropriação do Espaço Público.

***Disciplina 3: Espaço Público, Guarda Municipal e Comunidade.** Módulo III: **Estrutura e Conjuntura para a Prática da Cidadania.**

*Disciplina 4: **Violência e (in) Segurança Pública.**

*Disciplina 5: **Movimentos Sociais**

***Disciplina 6: Atividades Sócio pedagógicas da Guarda Municipal de Caráter Preventivo.**

***Disciplina 7: O Uso Legal e Progressivo da Força, da Arma de Fogo e Defesa Pessoal.**

Módulo IV: Comunicação e Gerenciamento da Informação

***Disciplina 8: Comunicação, Informação e Tecnologias em Segurança Pública.**

Módulo V: Relações e Condições de Trabalho das Guardas Municipais.

***Disciplina 9: Relação Jurídica do Trabalho (Direito e Deveres).**

Módulo VI: Comunicação e Gerenciamento da Informação

*Palestras e debates.

*Avaliação.

5.3 Aplicação E Estrutura Do Ambiente

Figura 7: Tela moodle

The screenshot displays the Moodle LMS interface. At the top, the 'inTEC edu' logo is on the left, and navigation links for 'Página inicial', 'Cursos', and the user 'Heron Silva Moraes' are on the right. Below the header, there's a language selector set to 'Português - Brasil (pt_br)' and a search bar for courses. The breadcrumb trail shows 'Painel > Capacitações > GuardasNatana'. The main content area is titled 'Formação e capacitação de Guardas Municipais' and features a central box with a logo and text detailing the course content, legislation (Lei 13.022/14), justification, target audience (993 out of 5.565 municipalities), and the funding institution (Ministério da Justiça, Secretarias Municipais de Segurança). To the left is an 'Administração' sidebar with options like 'Administração do curso', 'Ativar edição', 'Editar configurações', 'Usuários', 'Filtros', 'Relatórios', 'Notas', 'Configuração do Livro de Notas', 'Emblemas', 'Backup', 'Restaurar', 'Importar', 'Reconfigurar', 'Banco de questões', and 'Mudar papel para...'. To the right are three widgets: 'Pesquisar nos Fóruns' with a search input and 'VAI' button; 'Últimas notícias' with a 'Acrescentar um novo tópico...' button and '(Nenhuma notícia publicada)'; and 'Próximos eventos' showing 'Não há nenhum evento próximo' and options for 'Calendário...' and 'Novo evento...'. At the bottom right is the 'Atividade recente' widget showing 'Atividade desde segunda, 1 Mai 2017, 18:58' and 'Relatório completo da atividade recente', with 'Nenhuma atividade recente' listed below.

Fonte: intecedu.ufsc.br

Figura : Módulos e Disciplinas Moodle

Módulo I: O Papel das Guardas Municipais e a Gestão Integrada da Segurança Pública em Nível Municipal

Disciplina (as) do Módulo:

Disciplina 1: Funções e Atribuições das Guardas Municipais.

Disciplina 2: Gestão Integrada da Segurança Pública.

Disciplina 1: Funções e atribuições das Guardas Municipais

Ementa:

- Análise e Discussão Crítica das Relações Humanas no Cotidiano das Guardas Municipais
- Ética, Direitos Humanos e Cidadania
- Diferentes Concepções de Políticas de Segurança Pública e as Diferentes Concepções de Segurança Pública Urbana numa sociedade democrática
- Legislação
- Técnicas e Procedimentos Operacionais das Guardas Municipais
- Segurança Patrimonial, Prevenção e Combate a Incêndios
- Noções Básicas de Primeiros Socorros

Material Didático



 Unidade 1

Análise e Discussão Crítica das Relações Humanas no Cotidiano das Guardas Municipais

 Unidade 2

Ética, Cidadania e Direitos Humanos

 Unidade 2 -

Ética, Cidadania e Direitos Humanos

Fonte: intecedu.ufsc.br

A partir deste protótipo, encaminha-se como trabalhos futuros, o desenvolvimento da plataforma utilizando metodologias ativas da aprendizagem, tais como:

1) Aprendizagem baseada em Problemas:

A metodologia intitulada Problem Based Learning (PBL) ou Aprendizagem Baseada em Problemas ou ABP que foi bastante aceita no meio académico e, na actualidade é reconhecida como o que há de mais moderno no ensino superior é um método educativo surgido na Universidade de Maastricht, e com maior implementação na Universidade McMaster. Estabelece uma estratégia pedagógica centrada no aluno, onde se procura que este aprenda por si próprio. O delineamento é elementar. Os docentes expõem um caso para estudo aos estudan-

tes. De seguida, os estudantes, estabelecidos em grupos de trabalho, identificam o problema, investigam, debatem, interpretam e produzem possíveis justificações e soluções ou resoluções, ou recomendações. A ABP tem como base de inspiração "os princípios da escola activa, do método científico, de um ensino integrado e integrador dos conteúdos, dos ciclos de estudo e das diferentes áreas envolvidas, em que os alunos aprendem a aprender e se preparam para resolver problemas relativos a sua futura profissão".

2) Sala de Aula Invertida:

A sala de aula invertida ou flipped classroom é uma metodologia ativa que ressignifica o papel do aluno, do professor e da aprendizagem. Esta nova proposta de aprendizagem propõe que o aluno antes da aula estude sobre uma temática específica, vindo desta maneira mais preparado, com questionamentos e inquietações que serão o ponto de partida para as discussões na sala de aula. A aula passa a ser dialógica e interativa, invertendo assim a transmissão de conhecimento usada no ensino tradicional, onde o aluno, como um ser passivo, escuta o professor, faz atividades e estuda em casa para a prova.

3) Educação Híbrida

O Ensino Híbrido envolve a utilização das tecnologias com foco na personalização das ações de ensino e de aprendizagem, apresentando aos educadores formas de integrar tecnologias digitais ao currículo escolar. Além disso, essa abordagem apresenta práticas que integram o ambiente online e presencial, buscando que os alunos aprendam mais e melhor.

4) Moocs

MOOC é a sigla em inglês para Massive Open Online Courses, ou seja, Cursos Online Abertos e Massivos. Trata-se, portanto, de cursos online, totalmente gratuitos, que objetivam a participação em larga escala através da Internet. A ideia principal é procurar manter a mesma qualidade de um curso presencial de nível superior, mas usando a Internet para atingir um número tão grande de pessoas que o custo por aluno se torna irrisório.

5) Gamificação

O desenvolvimento da ciência da Gamificação originou-se de uma constatação óbvia e historicamente comprovada: seres humanos são atraídos por jogos. Ao longo dos séculos, praticamente todos os povos tiveram jogos como pilares importantes de suas sociedades. Hoje, 3 bilhões de horas são dispensadas coletivamente por semana em jogos online apenas, o que reforça não só a importância social mas também econômica dos games na vida de cente-

nas de milhões de pessoas. A Gamificação se apropria dos mecanismos de engajamento utilizados nos jogos para resolver problemas práticos. Ainda que em alguns casos apareça como algo divertido, o objetivo final da Gamificação não é o entretenimento, mas sim despertar o engajamento de um determinado público com uma causa específica.

5.4 Resultados Finais

Como resultado final desta pesquisa aqui apresentado, disponibilizou-se este protótipo de ambiente virtual de aprendizagem, utilizando a plataforma moodle para ser construído de forma colaborativa por todas as instituições, gestores e profissionais interessados na formação e capacitação de guardas municipais. Como desenvolvimento para trabalhos futuros, sugere-se a implantação e verificação de metodologias ativas da aprendizagem para utilização nesta proposta de formação utilizando ambientes virtuais de aprendizagem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema da Segurança Pública, relacionada com a violência em todas as suas formas, é um dos principais focos das políticas públicas do Brasil. Neste sentido, cresce a todo momento a criação das guardas municipais em todo o país. Como já apresentado, já existem mais de 1.000 municípios com suas respectivas guardas. No entanto, a formação destes profissionais segue o modelo presencial e tradicional de ensino, baseado em aulas, em sua grande maioria, expositivas. Além disso, estes cursos são extremamente onerosos, principalmente para os pequenos municípios.

Diante deste cenário é que propusemos, de forma preliminar, este curso utilizando um ambiente virtual de aprendizagem na plataforma Moodle, aberta e gratuita, que permite incorporar metodologias ativas de aprendizagem. Desta forma, qualquer município com apoio de instituições de ensino poderão realizar as suas formações e capacitações.

As novas tecnologias tem incorporado cada vez mais a vida moderna, dessa forma, o surgimento da modalidade de EAD da qual utiliza-se de Ambientes Virtuais de Aprendizagem vem tomando fôlego maior em cursos de formação policial. Habilidades e competências são requeridas no ambiente de trabalho mudando a forma bastante profunda e com prazos cada vez mais curtos, por se tratar de segurança pública que pretende qualificar o agente para toda a sua vida e na forma menos onerosa possível para os cofres públicos. Além de uma nova oportunidade para aprimorar os conhecimentos destes servidores, a educação a distância significa mais qualidade de vida para o público alvo.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – ABDI. Cadernos Temáticos – Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC. Sistemas Aplicados a Segurança Pública. 2010. Disponível em: <<http://posTICenasp.ufsc.br/files/2014/02/ABDI-Caderno-Tem%C3%A1tico-TIC-Sistemas-Aplicados-a-Seguran%C3%A7a-Publica.pdf>>. Acesso em: 13 de ago. de 2016.
- AREU, Graciela Inés Presas; FOFONCA, Eduardo. **INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS E DA CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO: múltiplos olhares**. Curitiba: Crv, 2014. 226 p.
- BITTENTUIT JUNIOR, João Batista; COUTINHO, Clara Maria Pereira. As Ferramentas da Web 2.0 no apoio à Tutoria na Formação em E-learning. In: Association Francophone Internationale de Recherche Scientifique em Education (AFIRSE), Tutoria e Mediação em Educação: Novos Desafios à Investigação Educacional, 2008, Lisboa – Portugal. Disponível em : <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7767/1/Afirse%202008.pdf>. Acesso em 01 de ago. 2016.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/prt_ufcg/ce2016/Lei%209394.pdf. Acesso em: 21 de out. 2016.
- BRASIL. Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP. Matriz Curricular Nacional: Para Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública. 2009. Disponível em: <http://posTICenasp.ufsc.br/files/2014/02/2009MatrizCurricular.pdf>. Acesso em 13 de ago. de 2016
- CAETANO, Camila Barreto Rodrigues Cochia; MORAES, Lucélia Leite de; ZANIM, Rosana Ruiz. Tutoria e Docência na Modalidade a Distância: Definição de Papéis. In: CIAED- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 20., 2014, Paraná. **Anais...** . Maringá: Ciaed, 2014. p. 1 - 10. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/258.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2016.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **METODOLOGIA CIENTÍFICA**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- FÁVARO, Rutineli da Penha; NUNES, Vanessa Battestin; NOBRE, Isaura Martins. Metodologia de Gestão das Orientações de TCC em Cursos a Distância. In: CIAED- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 17., 2011, Manaus. **Anais**. Vitória. 2011. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2011/cd/168.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2016.
- FREIRE, Patrícia de Sá. **Aumente qualidade e quantidade de suas publicações científicas: Manual para elaboração de projetos e artigos científicos**. 1. ed. - Curitiba, PR: CRV, 2013.
- GEIB, Lorena Teresinha Consalter et al. A tutoria acadêmica no contexto histórico da educação. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 60, n. 2, p.217-220,abr.2007.FapUNIFESP(SciELO).Disponívelem:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000200017>. Acesso em: 01 ago. 2016.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da Ufrgs, 2009. 120 p. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2010.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: O novo Ritmo da Informação**. 8. ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2014. 141 p.

LACERDA, Andreson Lopes. **CONTRIBUIÇÕES DO DESIGN INSTRUCIONAL AO ENSINO PRESENCIAL DE FÍSICA APOIADO POR AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM**. 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107319>>. Acesso em: 15 maio 2016.

MACHADO, Andrea de Bem et al. COMUNICAÇÃO NA EAD: UMA ANÁLISE NO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DE MONOGRAFIA. In: CIAED- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 20, 2014a, Florianópolis. **Anais**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/98.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

MACHADO, Andreia de Bem et al. ORIENTAÇÃO NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: UMA ANÁLISE DA REALIDADE BRASILEIRA. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 2, n. 12, p.149-158, dez. 2014b. Disponível em: <http://revistas.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/1419/pdf_196>. Acesso em: 17 abr. 2016.

MARCONI, A.M; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologias científica. 2.ed. São Paulo: Atlas 2010.

MEDEIROS, B. C. et al. DIFICULDADES DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO EM TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC): UM ESTUDO COM OS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 5, n. 31, p.242-255, set. 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1011/1147>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

MOORE, Michael G.; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: Uma Visão Integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 398 p.

OLIVEIRA, Ana Maria Araújo Passos de. O papel do tutor em curso de educação a distância: competências e habilidades. **Revista Multi Texto**, Montes Claros, v. 2, n. 01, p.23-29, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.ead.unimontes.br/multitexto/index.php/rmcead/article/view/118/61>>. Acesso

em: 03 ago. 2016.

PEREIRA, Alice T. Cybis. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem: Em diferentes contextos.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna Ltda, 2007. 210 p.

PEREIRA, Natana Lopes; SPANHOL, Fernando José; ALMEIDA, Thabata Cleza de. O USO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA MEDIAÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO EM TIC APLICADAS À SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS. In: SPANHOL, Fernando José; LUNARDI, Giovani Mendonça; SOUZA, Márcio Vieira de. **TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SEGURANÇA PÚBLICA E DIREITOS HUMANOS.** Araranguá: Blucher Open Access, 2016. p. 197-204. Disponível em: <<http://pdf.blucher.com.br.s3-sa-east-1.amazonaws.com/openaccess/9788580391763/completo.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

POPPE, Maria da Conceição Maggioni. TCC NA EAD: PROCESSO DE LETRAMENTO ACADÊMICO E DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO ENSINO SUPERIOR. In: CIAED- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 21, 2015, Rio de Janeiro. **Anais.** Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_32.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

PRADO, Claudia et al. Espaço virtual de um grupo de pesquisa: o olhar dos tutores. **Revista da Escola de Enfermagem da Usp**, São Paulo, v. 46, n. 1, p.246-251, 13 jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342012000100033&lang=pt>. Acesso em: 15 maio 2016.

ROCHA, Henrique Martins. Abordagem metodológica na análise de dados de estudos não-paramétricos, com base em respostas em escalas ordinais. **Gepros**, São Paulo, v. 3, n. 6, p.77-91, abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/649/358>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SALDANHA, Camila Teixeira. **Interação nos Fóruns de Discussão: Uma análise Linguística.** 2011. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/96085/300023.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

SILVA, Ana Paula Costa e; SIHLER, Anelise Pereira; SILVA, Chris Alves da. ORIENTAÇÃO DE TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO A DISTÂNCIA: UMA EXPERIÊNCIA FUNDAMENTADA NA INTERAÇÃO. **Renote**, UFRGS, v. 10, n. 1, p.1-07, jul. 2012. Disponível em: < seer.ufrgs.br/renote/article/download/30855/19211 >. Acesso em: 15 maio 2016.

SILVA, Andreza Regina Lopes da; DIANA, Juliana Bordinhão; SPANHOL, Fernando José. Perspectivas da educação a distância: um olhar a partir da criatividade. In: VANZIN, Tarcísio; ULBRICHT, Vania Ribas; BATISTA., Claudia Regina. **Criatividade e inovação na educação.** Florianópolis: Pimenta Cultural, 2015. Cap. 9. p. 231-252. Disponível em: <<http://www.pimentacultural.com/#!criatividade-e-inovacao-na-educacao/cyn9>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SILVA, Marinilson Barbosa da. **O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES INDIVIDUAIS E COLETIVAS DO "SER TUTOR" NO CONTEXTO DE EDUCAÇÃO DISTÂNCIA HOJE**. 2008. 216 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15341/000671437.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

SILVA, R. S. Moodle para autores e tutores. 2. ed. São Paulo: Novatec Editora, 2011.

SILVA, Sirlene Araújo da; MELO, Márcia Sandra Meireles de; CAMPOS, Ilka Maria Soares. Tutoria e Processo de Ensino- Aprendizagem na Ead: Um Estudo de Caso no SENAC-RN. In: CIAED- CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 20, 2014, Paraná. **Anais**. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/hotsite/20-ciaed/pt/anais/pdf/302.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

SIMÃO NETO, Antonia. **Cenários e Modalidades da Ead**. Curitiba: Iesde Brasil S. A., 2010. 219 p.

SOUSA, Robson Pequeno de; Moita Filomena M. C. da S. C; CARVALHO, Ana Beatriz Gomes. **Tecnologias Digitais na Educação**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

SPRESSOLA, Nilvania Aparecida. **INSTRUMENTO PARA AVALIAR AS COMPETÊNCIAS NO TRABALHO DE TUTORIA NA MODALIDADE EAD**. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Departamento de Engenharia de Produção, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/.../NilvaniaAparecidaSpressoladefinitiva.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

URIARTE, Luiz Ricardo. **Modelo de Ambiente para Orientação a Distância**. 2003. 185 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/84987/194368.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 maio 2016.

VICENTIN, Robson Luis. **Um ambiente Virtual de Aprendizagem como Instrumento de Apoio ao Processo de Orientação em uma Pós- Graduação em Arquitetura: Estudo de caso PósARQ**. 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90792/244470.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ZOLET, Patrícia Elmisan. **A PARTICIPAÇÃO DOS TUTORES A DISTÂNCIA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM: UMA ANÁLISE NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS A DISTÂNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**. 2010. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Ciências Contábeis, A Participação dos Tutores a Distância no Processo de Ensino-aprendizagem, Florianópolis, 2010. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/127138/Contabeis294107.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 maio 2016.